

@ CAPITAL¹

@ CAPITAL

Fernando Fuão²

Resumo

Esse ensaio desloca as ideias da Pedagogia do oprimido de Paulo Freire para o campo da arquitetura, sob a forma de questionamento à pedagogia que é aplicada até hoje nas Faculdades de arquitetura – que aqui chamarei de Pedagogia da arquitetura bancária – comprometendo-a com a formação dos arquitetos e urbanistas e as decorrentes implicações sociais e questionando como o professor arquiteto tem desempenhado o papel de opressor-oprimido. Costuma-se pensar a Pedagogia do oprimido como uma metodologia que é preferencialmente aplicada aos processos de alfabetização de trabalhadores, esquecendo-se que a pedagogia do oprimido é para todos os âmbitos da educação, para todos e principalmente para os próprios educadores. O artigo @ capital é subcapítulo de um texto maior: A arquitetura da pedagogia bancária, onde se desconstrói o sentido da capital através da linguagem, desnudando a palavra capital (cap), e expondo os pré-conceitos e as oposições entre capital x cidades do interior, centro x periferia, Europa e terceiro mundo; estando esses sentidos completamente comprometidos com a questão da pedagogia bancária na arquitetura e urbanismo. Palavras-chave: Capital, cidades do interior, periferia, Paulo Freire, pedagogia do urbanismo.

Abstract

This essay moves the ideas of the Pedagogy of the Oppressed by Paulo Freire to the field of architecture, in the form of questioning the pedagogy that is applied today in Faculties of Architecture, which I will call Pedagogy of Banking Architecture here; committing it to the training of architects and urban planners and the resulting social implications, and how the teacher architect has played the role of oppressor-oppressed. It is customary to think of the Pedagogy of the oppressed as a methodology that is preferentially applied to the literacy processes of workers, forgetting that the pedagogy of the oppressed is for all areas of education, for all and especially for the educators themselves. The article @capital is a sub-chapter of a larger text: The architecture of banking pedagogy, where the meaning of capital is deconstructed through language, exposing the word capital, (cap), and exposing the preconceptions and oppositions between capital x cities from the interior, center x periphery, Europe and the third world; these senses being completely committed to the issue of banking pedagogy in architecture and urbanism.

Keywords: Capital, cities of the interior, periphery, Paulo Freire, pedagogy of urbanism.

¹ Esse artigo faz parte de um texto inédito intitulado *A pedagogia da arquitetura bancária*, fruto de um seminário, de mesmo nome, realizado no Programa de pesquisa e pós-graduação em arquitetura (PROPAR/UFRGS, no ano de 2019).

² Professor Titular da Faculdade de Arquitetura. (UFRGS). Pós Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia/UERJ sob a supervisão da Filósofa Dra. Dirce Solis (2011-12). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1980), Doutor em Projetos de Arquitetura Texto e Contexto pela *Escuela Técnica Superior de Arquitectura* de Barcelona-UPC (1987- 92) com a tese *Arquitectura como Collage*.

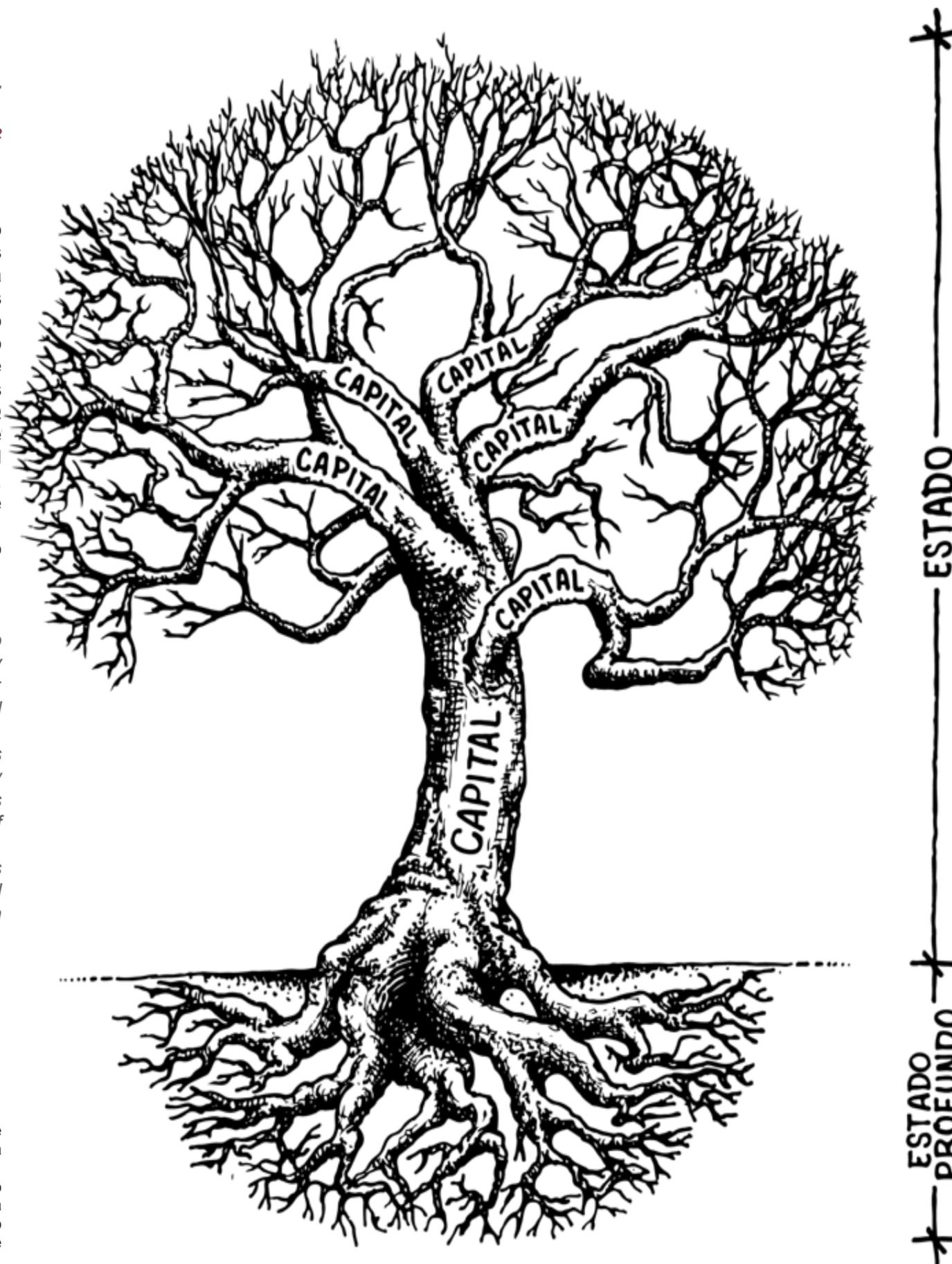


Figura 1 - @CAP. Fonte: Desenho de Felipe Dutra. 2021.

Caput

Essas reflexões iniciais são para explicar a necessidade de reivindicar uma rica herança pedagógica pouco conhecida pelos arquitetos: *A pedagogia do oprimido* de Paulo Freire. Ao lê-la, percebe-se nitidamente que tudo o que está escrito sobre a pedagogia, de modo geral, pode ser facilmente transposto para o universo da arquitetura e urbanismo. Em outras palavras, a pedagogia do oprimido não é somente uma pedagogia libertadora, mas se aproxima da Filosofia da desconstrução, tal como pensou Jacques Derrida, principalmente em termos de hospitalidade, ética e de uma democracia por vir. Ao lermos a *Pedagogia do oprimido*, vamos percebendo a arquitetura do opressor, a arquitetura opressora, a pedagogia do professor arquiteto opressor, que, pouco a pouco, vai (de)formando, concretando as mentes dos estudantes com sua forma de estruturar e pensar o papel da arquitetura, inclusive da arquitetura moderna.

Para Paulo Freire, a concepção bancária da educação é um instrumento da opressão. A concepção bancária constitui-se de relações

[...] fundamentalmente narradoras, dissertadoras. Narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade. Narração ou dissertação que implica num sujeito – o narrador – e em objetos pacientes, ouvintes – os educandos. Há uma quase enfermidade da narração. A tônica da educação é preponderantemente esta – narrar, sempre narrar.³ Projetar, projetar segundo a narrativa do professor com seu programa já dado de antemão. Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é ‘encher’ os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganharia significação [...]

[...] uma das características desta educação dissertadora é a “sonoridade” da palavra e não sua força transformadora. Quatro vezes quatro, dezesseis; Pará, capital Belém, que o educando fixa, memoriza, repete, sem perceber o que realmente significa quatro vezes quatro. O que verdadeiramente significa capital, na afirmação, Pará, capital Belém. Belém para o Pará e Pará para o Brasil... a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem ‘enchidos’ pelo educador. Quanto mais vá ‘enchendo’ os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão [...]. Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante... Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los.⁴

O ensino de projeto tem sido, nas últimas décadas, basicamente bancário, dada a própria pedagogia bancária da arquitetura. Observa-se mais nitidamente nas expressões: depósitos de conhecimento, contar-narrar, prescrições, transferências, capital,

formulários, guichês, referências bancárias, extratos, etc.⁵ Há uma necessidade de um deslocamento pedagógico-ético, sob pena de arquitetos, professores e alunos perderem o contato com a realidade. Ao dedicar-se à formar um contingente de arquitetos para a classe opressora, corre-se o risco, conseqüentemente, de transformar a profissão em algo similar à profissão de ourives, ou repetir o papel alienado do arquiteto do final do século XIX, condenado então pelos modernos.

Desde o início de sua vida acadêmica, os estudantes são introduzidos numa pedagogia destinada ao mercado imobiliário. Sob força das temáticas de projeto, são obrigados a aceitar e resignar-se com a especulação imobiliária que permeia sua profissão, como um dado natural da profissão. Alguns relutam, tentam desviar da orientação do mercado, buscando alternativas de trabalho dentro da própria profissão; mas, na maioria das vezes, seus sonhos sucumbem ante a possibilidade de um emprego em uma grande construtora, ou mesmo num pequeno escritório. Aderir-se ao opressor é uma forma de garantir sua sobrevivência, ainda que sendo totalmente explorado quase num regime de servidão.

Na academia existe uma profunda valorização da arquitetura praticada na capital em detrimento da arquitetura praticada nas cidades do interior; tal pensamento também se aplica na relação centro-periferia. Estar imerso na capital é estar imerso no mundo do capital.

Ca(p)talizar

Existe uma mentalidade no corpo acadêmico da arquitetura de que tudo que está na periferia não é digno de crédito, e os cidadãos que *vivem lá* são menos cidadãos comparados aos que vivem na cidade formal, regrada por normas; para essas pessoas no reino periférico, só vigora a anormalidade. Não se trata somente de pensar que lá é o *locus* aonde as infraestruturas básicas de saneamento não chegam, ou chegam de maneira deficiente. Esse estigma opressor vai além: na periferia não existem os grandes atrativos de consumo que são expostos nos meios de comunicação. Lá não existem os grandes comércios, as grandes redes de supermercado, não existem *shopping centers*. Não há cinemas, restaurantes, centros culturais, não acontecem bienais e ou exposições de arte. Para a burguesia, na periferia só acontece violência. A cidade formal catalisa tudo para si, ca(p)talizar é uma das grandes forças do opressor sobre o oprimido, como bem descreveu Pedro Figueiredo, em *Cidades Catalisadoras*:

Catalizadora é a característica das grandes cidades “matrizes” nas Regiões Metropolitanas, como forças centrípetas gigantescas sugam os bairros e municípios da periferia suas alternativas econômicas, de lazer e cultura. A estrutura econômica dos municípios que umbilicalmente se relacionam com elas sofre uma espécie de “atrofiamento” permanente e ascendente. É em direção a elas que se locomovem as pessoas para comerem sorvetes, comprarem alimentos, roupas, móveis, irem aos cinemas... Os que não conseguem ir por absoluta falta de condição financeira – a grande maioria – ficam na degustação das empoeiradas ou lamacentas ruas e becos de cidades cada vez mais desordenadas: para os homens nos fins de semana restam os bares de cachaça barata, para as mulheres,

3 FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra. 1994. p. 37.

4 Op. cit.; p. 37.

5 Sobre a pedagogia da arquitetura bancária, veja-se os artigos: FUÃO, F. *Entre guichês, clichês & playboys na arquitetura*. *Revista Estética E Semiótica*, 10(2), (2021). p. 25–45. <https://doi.org/10.18830/issn2238-362X.v10.n2.2020.02>. *Parasitas*. Em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2021/04/parasitas-fernando-freitas-fuao-alem.html>.

as igrejas pentecostais que se proliferam vertiginosamente. Uma parcela significativa, sem alternativas, degusta Silvio Santos, Gugu e o tradicional plim-plim da Rede Globo. Com o movimento de seus moradores em direção ao centro catalizador, vão com eles os recursos que não voltam, enfraquecendo a economia local, como uma espécie de mão única, sem retorno em benefícios para os contingentes da “periferia”. Para as cidades periféricas sobra a tarefa de limpar o resíduo do consumo feito no centro catalizador. A elas cabe resolver os problemas dos rejeitados(as) pelo mercado de trabalho, adolescentes e jovens sem ocupação. São as cidades da periferia, os bairros que enfrentam o problema cada vez mais assustador de postos de saúde sempre superlotados de crianças e idosos, as grandes vítimas do sistema de exclusão. Como sanguessugas gigantes, os recursos adquiridos com a venda da força de trabalho no centro catalizador são entregues na compra de alimentos aos grandes conglomerados do consumo, que se multiplicam em pontos estratégicos, asfixiando os pequenos e médios empreendimentos do comércio local.⁶

Outra matriz geradora poderia ser a cultura, através da reconstrução histórica dos nossos espaços urbanos, criando e mantendo equipamentos públicos que aglutinem gerações diferenciadas, proporcionando espaços de lazer, no cultivo do poético, do religioso como expressão da cultura, do artístico, com um programa integrado de ações, como o uso das escolas aos fins de semana, mutirões de limpeza de arroios, recriando o espaço e o tempo humano! Assim também a questão do consumo, através de sua organização, não somente proporcionando a realização de feiras locais, mas centrais de abastecimento de caráter regional, com capacidade para atingir grandes contingentes humanos da periferia de nossas “cidades periféricas”, interligados com centros produtores.⁷

O artigo de Figueiredo sempre me fez pensar desde que li pela primeira vez, e tenho comentado, ano após ano em sala de aula com os alunos, que essa relação é, intimamente, implicada na prática projetual da arquitetura. Por exemplo, quando vou fazer um projeto de um centro social, ou um bloco de apartamentos em uma vila ou periferia e, no desenvolvimento do projeto, proponho a utilização de esquadrias de alumínio da marca ‘X’. Mas ignoro que próximo do local existe o Sr. Manuel, que tem uma pequena fabriqueta de portas e janelas de madeira, e, mais adiante, o Sr. João, com sua pequena serralheria que confecciona esquadrias de alumínio em pequena produção – materiais que não são de extrema qualidade, mas a população local às vezes compra ali. O arquiteto projetista, ao desconhecer tal fato – até porque ele não conhece profundamente o local onde vai inserir o projeto ou nunca foi lá (fato corriqueiro nesse universo porque raros são os arquitetos que vêm da periferia), opta, então, por comprar as esquadrias de alumínio de uma empresa nacional ‘Y’, que tem revenda em diversas capitais, a um bom preço e com boa qualidade. Ao tomar essa posição, ele não permite que o seu João ou o seu Manuel possam produzir as esquadrias contratando até mais

6 FIGUEIREDO, Pedro. *Cidades Catalizadoras*, em ARQTEXTOS n.6. PROPAP. UFRGS. 2004. p. 130-140. Segundo Figueiredo, “Inverteu-se completamente a situação campo-cidade. As cidades dormitórios da década de 80, vinte anos depois, tornaram-se cidades vivas, congestionadas de adolescentes e jovens que foram excluídos pelo mercado de trabalho, idosos e crianças que perambulam, suportando a ausência de programas e equipamentos que as incluam nas benesses que a cidade catalizadora oferece. Encurraladas por uma estrutura anacrônica de guetos – secretarias – onde cada uma olha para seu ‘feudo’, a administração pública agoniza, oferecendo resistência em integrar ações e programas, buscando alternativas isoladas, desarticuladas, despotencializando recursos financeiros e humanos” p. 141. 7 Op. cit.t., p. 141.

funcionários para cumprir a demanda, e pior: o dinheiro da compra das esquadrias não ficará na vila; irá para o bolso do empresário que não mora na vila e às vezes nem mesmo na cidade.

O mesmo acontece também em pequenas cidades do interior, cujo pequeno e médio empresário vêm gastar ou empregar seu dinheiro na capital. Perde-se com isso toda a possibilidade de colaboração mútua com a população local. Nesse sentido, descobre-se que o arquiteto, na maioria das vezes inconscientemente, quase sempre se posiciona contra o oprimido; está sempre ao lado do opressor, mesmo quando acha que está trabalhando com uma finalidade social. Ele só vê o lado material do projeto, a edificação, a coisa inorgânica, o morto – e não consegue perceber que a arquitetura é muito mais; ela diz respeito ao vivo, ao orgânico, ao humano, às pessoas; e às relações que ela pode propiciar e que já deveriam estar na concepção e construção da mesma, mas infelizmente não estão.

Os professores de arquitetura não têm formação humanista; talvez por esse motivo a presente discussão seja repelida constantemente nos diálogos dentro das faculdades de arquitetura. Parece que toda estrutura está conformada a catalisar tudo ao opressor. Hoje, mais do que nunca, constitui-se uma premência que os colegas professores saiam de sua zona de conforto, que ainda é a sala de aula, para ir conhecer e vivenciar as ruas e becos das vilas e favelas. Não há a mínima possibilidade de mudança do perfil profissional de arquitetura se continuarmos mantendo a mesma estrutura curricular, e o modo de atuação dentro das escolas, privilegiando programas para as classes dominantes, instituições governamentais, e o culto ao monumental e ao ego do arquiteto criador. Uma das características da capital é produzir genialidade, vanguardas, como veremos a seguir.

Há um desrespeito ao compromisso ético-político no universo acadêmico de arquitetura, principalmente nas Universidades Públicas, ao continuar formando arquitetos que usufruem dela e depois vão trabalhar em escritórios, no âmbito privado e comercial, para produzirem *arquitetura mercadoria*, sem nenhum retorno para a periferia. Nesse modelo pedagógico bancário, os estudantes são treinados para projetar espaços para diferenciar hierarquicamente os seres humanos, para projetarem constantemente sutis campos de isolamento e sobretudo para ignorarem a pobreza que perambula pelas cidades e pelo mundo. Esse processo do opressor sobre o seu oprimido não é só físico, é estrutural. Impacta via linguagem e age sobre o emocional-afetivo. Não é à toa que Paulo Freire expresse essa relação na expressão que: “os oprimidos sejam dependentes emocionais dos opressores”.⁸

As pessoas não conseguem imaginar que, mesmo em uma grande capital, a maioria dos meninos, meninas da periferia nunca andaram de elevador, nunca andaram de escada rolante – até porque escadas rolantes no Brasil existem só nos shoppings ou nas grandes magazines. Tais meninos e meninas não entram nesses espaços porque são barrados logo nas portas. Escadas rolantes são predominantes nas capitais, onde existem muitas pessoas com recursos para consumir. As pessoas da periferia nunca entraram num cinema, e talvez nunca entrem. Assim, nos damos conta de como essas coisas são dolorosas quando esse menino da vila se compara com o amiguinho dele, que tem um pouco mais de recursos e já consegue entrar no cinema ou em alguma loja.

Em pleno século XXI, ainda vivenciamos discriminações deste tipo: escada rolante não é pra todos, elevador não é pra todos, restaurante não é para todos, andar de avião

8 FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 33.

não é para todos, ou até mesmo viajar para uma cidade próxima. Dizem que é para todos, mas não é para todos. Para muitos este é um dado aceitável, normal, natural.

Em Porto Alegre, por exemplo, não há quase parques na periferia, seus moradores não têm como frequentar os parques no fim de semana nos bairros nobres e centrais. O custo com as passagens para uma família com dois filhos estará em torno de cinquenta reais. Opressores e oprimidos naturalizam essa discriminação e até estimulam esse distanciamento para que por ricos não tenham que olhar nem sentir o cheiro da pobreza periférica em seus territórios. Os arquitetos, e principalmente os professores arquitetos, em sua maioria, não conseguem perceber a obviedade de que tanto o capital como a capital só produzem diferenciação, indiferença, e exclusão ao extremo.

Essa relação existente entre cidade formal e periferia é facilmente transportável para a discriminação entre a capital e as pequenas cidades do interior. Existe uma relação intrínseca entre opressor e a capital, entre oprimido e cidades do interior; esta relação é inata à criação das capitais. Mesmo aqueles que saíram um dia do interior e vivem há muitos anos na capital, e que já não se dizem do interior – exceto por momentos de saudosismo – acabam se tornando gente e agentes d@ capital. As cidades dormitórios são também lugares marcados pelo preconceito, lugares também estigmatizados pela carência de muitas coisas, ainda que possam ter uma economia quase totalmente independente da capital em termos de trabalho. O longe, o fora dos limites geográficos da capital é compreendido ainda hoje como o lugar da pobreza, da desqualificação, falta de recursos, ignorância, atrasado. Como disse Marcusso,

Esses preconceitos centenários marcam os sujeitos da periferia e das cidades do interior, existe uma retroalimentação contínua que reforça na subjetividade a negação da negação em constituir uma identidade junto ao lugar de maneira a transformá-lo e desconstruir os valores estigmatizantes.⁹

O moderno está na capital; o atraso, no interior: esse preconceito é facilmente explicável no Brasil pelo terrível êxodo rural nos anos 1970, quando o país se viu assolado. Com a acelerada urbanização, o êxodo rural subverteu os valores sociais, e quem restou no campo virou passado. A industrialização brasileira, principalmente no pós-70, deixou o campo esquecido e entregue à própria sorte. Aquele que vivia no campo, deslocado de sua cultura, custou a se adaptar na periferia da capital. Os hábitos e linguagem da gente do campo, dos que viviam na terra e da terra, passaram a ser um depreciativo. Os moradores da capital, quando querem menosprezar alguém do interior, principalmente por seu comportamento, recorrem à palavra colono – algo muito similar ao tratamento preconceituoso dado pelos sulistas aos nordestinos nas grandes capitais do Brasil.

Existe o estigma que as pessoas do interior têm uma posição abaixo das que vivem na capital, e isso é muito forte; manifestando-se inclusive nos estudantes que vem do interior estudar na capital, quase a mesma depreciação de morar na periferia e não viver na cidade formal, burguesa. Também, manifesta-se na questão das próprias Universidades da capital x interior, na diferenciação entre professores recém-chegados do interior x os da capital. Essa oposição se traduz em termos também de centralidade versus periferia, e de uma centralidade implicada com @ capital.

Essa dicotomia entre interior e capital é muito curiosa, e tem sua contrapartida na

⁹ MARCUSSO, Ricardo Antonio. *Estigma social do lugar: estudo de caso sobre o morar na cidade de Carapicuíba*. 2015. p. 1. Pontifícia Universidade Católica São Paulo. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3607>.

observação atenta do *colono* sobre o morador da grande cidade. Quando o morador da grande metrópole vai para o campo, o pessoal do interior observa e faz chacota, principalmente como o sujeito caminha apressado, parece que está sempre atrasado; sua cabeça parece sempre inquieta, desajustada, alucinada; não tem sossego em nada. E é verdade: estamos literalmente desajustados com relação ao tempo da natureza, e achamos que a nossa temporalidade e nossa visão de mundo, nossa visão de quem vive na capital é a única ante as demais culturas.

Na capital está a ideia de um centro catalizador, de que tudo o que está na volta deve se dirigir ao centro, ao *cap*, e orbitar em torno desse centro, dessa cabeça. A Europa e EUA como centro do mundo, América Latina e África como periféricos. Para os brasileiros, Rio de Janeiro e São Paulo são respectivamente as capitais culturais e econômicas, elas são os grandes centros do Brasil, onde mora o capital e as possibilidades de trabalho, para onde se catalisa boa parte da população, ainda que tenhamos Brasília como a capital do poder do Estado. A capital capitaliza tudo das cidades do interior a que estão subordinadas, e aqui capitalizar significa também *apropriar-se*, tomar, apoderar-se, um sentido intrínseco a capital. É privilégio da capital assenhorar-se de tudo na sua proximidade e de quem chega nela.

Professores arquitetos adoram comentar a seus alunos que foram à Europa, visitaram as grandes capitais do mundo, viram isso e aquilo, viram obras de Le Corbusier, Mies ou até mesmo da Zaha Hadid, e não percebem que esses comentários são demonstrativos, mesmo sem intencionalidade, de sua suprema arrogância, até porque muitos vieram de classes menos favorecidas e agora vomitam nos alunos, tal como seus antigos professores o faziam. Essa atitude gera no aluno que não tem condições de viajar ao exterior – ou muitas vezes até dentro do Brasil – uma frustração antecipada, visto que muitos alunos agora vêm de famílias pobres, e sabem que, por mais que trabalhem, nunca conseguirão visitar as ditas grandes capitais, por mais e mais que se esforcem. O pior é que tomamos esses exemplos arquitetônicos de lá, europeus, do colonizador, para aplicar aqui, como forma de reprodução parasitária do opressor. Essas arquiteturas estabelecem marcos e centros de referências capitais. Foram projetadas para se tornarem referências. Tudo isso faz parte da arquitetura bancária, a arquitetura capital, o capital cultural do opressor, a referência bancária.

Pergunta-se: para ser um bom arquiteto é preciso conhecer a velha Europa? Penso que não, mas infelizmente se tomam todas as teorias e práticas da arquitetura eurocêntrica como referência e único modo possível de arquitetura. Para os adeptos da subserviência, a Europa continua sendo o principal vertedouro da arquitetura – até mesmo para os arquitetos que exaltam a singularidade e a genialidade das arquiteturas nacionais brasileiras. É preciso alimentar-se da ideia um dia visitar a mãe e ou pai (*mater e frater*), conhecer a velha capital imortal da grande cultura civilizatória: a Europa. Desde o ponto de vista psicanalítico, o desejo de muitos dos arquitetos professores é similar ao dos replicantes de *Blade Runners*, que antes de morrer querem ver a cara de seu criador. O desejo de uma vez na vida de conhecer seu pai ou mãe. Não que não seja enriquecedor desde o ponto de vista cultural visitar a Europa, mas o nível de relevância deveria ser como qualquer outro continente ou país do mundo. Até hoje, em qualquer conversa de arquiteto, lá pelas tantas, aparece a referência de uma visita uma cidade ou capital europeia, para fetichizar e atestar a veracidade de sua fala.

Até a década de 1960, era raro as pessoas poderem viajar para a Europa; só viajava quem era muito rico, tanto é que era frequente fazer viagens de seis meses ou um ano: dada a dificuldade de deslocamento e o custo, ninguém viajava por pouco tempo. Os ricos levavam uma grande quantidade de malas, como, no século XIX, os gigantes baús que os carregadores de cada cidade tratavam de transportar por algumas moedas. E quando essa gente retornava, convidavam amigos e até mesmo os empregados da

casa para verem o que eles viram, se exibiam e exibiam as fotos, os presentes que compravam em Roma, Paris, Madri, e davam de presente para parentes e amigos próximos como atestado de terem *estado lá*. De lá pra cá, não mudou muito, seguem ainda comprando os *souvenirs*, as bugigangas da capital para dar de *lembrança*.

O estabelecimento das capitais ao longo do mundo, principalmente na Europa, se dá partir do século XVII e XVIII, período da colonização e escravidão; acontece e se reafirma com a criação dos Estados Nações, na unificação e uniformização de várias províncias ou territórios que compõem e passam a pertencer a esse Estado. A partir desse momento, se estabelece um novo tipo de centro, de um novo ponto de comando, um *cap*, a cabeça do poder soberano que distribuirá as ordenanças até as cabeças menores. Esse tempo coincide com o iluminismo, e com a iluminação das capitais, com o tempo de uniformização e lavagem das línguas das distintas cidades, a eliminação dos dialetos, a criação das Enciclopédias, a normatização e esquadrinhação do espaço como bem apontou Michel Foucault em *As palavras e as Coisas*, ao se estruturar a *epistème* moderna.¹⁰

Capital Luz

Luz e capital são indissociáveis. Capital é luz, e a luz é capital para a capital. Geralmente ela é a cidade mais iluminada em todos os sentidos da palavra. Mais luz, mais luminosidade é um atributo das capitais; menos luminosidade cabe às cidades do interior.

Uma estranha associação vai se configurar entre capital e luz a partir do século XVIII, desde a *aufklärung* de Kant e sua concepção iluminista da razão. O conhecimento civilizatório e domesticador se aplicaria como uma luva para estabelecer a diferenciação entre a capital como símbolo das luzes, e as cidades do interior bem como as colônias enquanto o lugar da escuridão. Elas seriam o símbolo de civilidade em oposição ao obscurantismo dos vilarejos do interior e de seus camponeses, do inóspito das colônias na América e África. A luz, desde a Idade Média, sempre foi um símbolo de poder; na pintura já pairava como *halo* sobre a cabeça dos santos, dos soberanos, até chegar aos dias de hoje pairando sobre @ capital. Mas essa luz já não teria nada de divino – era simplesmente a exaltação do soberano, o rei sol, o iluminado. No século XIX, é bom recordar, a iluminação das capitais custaria a vida de milhares de baleias, pois a gordura seria combustível para a iluminação urbana; ‘gordura, luz e capital’ se fundiriam num espetáculo bizarro que culminaria na iluminação dos lampiões urbanos como expôs Melville em *Moby Dick*.¹¹

O nível de desenvolvimento da capital, comparada às cidades do interior, e das próprias capitais entre si, ainda que não explicitado publicamente, também seria dado pelo índice de iluminação urbana. Quanto mais luz, mais importância tem a cidade. As luzes das capitais atraem, fazem tudo girar em torno delas. Orbitar a capital quase que significaria também orbitar o capital; é para a capital luz que se dirigem e orbitam todos do interior.

A questão que se coloca é que a subserviência das cidades do interior à capital faz parte mesmo do contrato de fundação da capital, pois @ capital não vive sem a produção da força de trabalho da periferia, ou das cidades do interior. Um corpo só, uma árvore

10 FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

11 Veja-se: DERZE, Farley. *Cidade à noite: iluminação artificial e modernidade*. Universidade de Brasília, Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura. 2014.

cujo mando está no tronco, n@ capital. Foi assim que o Estado Absolutista, os Estados Nações se formaram, através do aniquilamento das autonomias das cidades em prol de um centro único de poder: a *capita*; e foi assim, nessa sincronia indissolúvel, que nasceu a capital e o capital. A capital, desde então, será decididamente a clareira, a clareira moderna, o lugar e o centro da razão e da iluminação.

O homem e seu outro símil, aquele inseto vulgar que se vê atraído pelas luzes e que tola e irremediavelmente se dirige a elas, como se fosse de sua própria natureza banhar-se na luz até afogar-se de prazer – mais do que um simples *seducco*, a luz, às vezes, parece ser a sedução suprema da capital. Iluminação e Capital mostram seu esplendor no comércio das grandes cidades, nas vitrines, nos reclames. A sedução da luz não é somente irradiar e evidenciar os corpos com seu brilho, fazer brilhar: a luz sobretudo atrai e faz tudo gravitar em torno dela como satélites, como esferas, como insetos. A luz fetichiza. Essa gravitação, ou essa gravidade, em outras palavras, pode ser compreendida também como um movimento, uma aceleração provocada por essa gravitação para quem vive em torno das luzes, uma lei da capital. A mesma aceleração percebida pelo colono sobre o morador da capital.

Orbis é a palavra em latim para *Orbe*, não só a esfera que representa o globo, mas sobretudo o movimento, o orbital; orbitamos @ capital em sua luminescência até morrermos. Quando expressamos “*Me sinto fora de órbita*”, fora de centro, significa que estamos desorbitados, cabeça fora do lugar (*cap*), da capital, do centro, da casa, de nossa esfera. A frase *Roma caput orbis terrarum est* (Roma é a capital do mundo) é muito representativa do domínio católico do Vaticano, e Argan a analisará esplendidamente em seu livro *A Europa das capitais*. *Orbis* em latim correspondia ao que hoje se entende por terra, e já continha o sentido em sua nomeação de atração, de certa gravidade. *Urbi et Orbi*, à cidade de Roma e ao mundo, a todo o universo. O antigo sentido de *Orbi* para os romanos e todo catolicismo até os dias de hoje teria seu análogo ironicamente na devoção ao capital. Na esfera do capital, do consumo, orbitam as almas sedentas de consumo.

Orbitar é viver, girar em torno das luzes, vivendo sem parar em torno à loucura d@ capital. O tempo nas capitais se acelera; tudo na capital aparentemente é mais acelerado. A capital porta coisas que as cidades do interior não possuem, a capital ca(p)taliza tudo, não só mercadorias mas também tempo e espaço. Não se sabe bem o porquê ainda dessa aceleração, mas a luz que dela irradia cada vez mais está associada à aceleração da vida, à agitação e rapidez dos corpos. O homem do campo conhece essa diferença. Os seres das grandes cidades são em tudo apressados, nervosos, rápidos. E, como disse Rodrigo Lages e Silva, ao descrever brilhantemente as luzes ao longo da estrada que conduzia a pequena cidade do interior à capital:

[...] havia, contudo, sim, outra imagem com a qual contrapor aquela da cidade luminosa e infinita, e não era a cidade diurna ou uma cidade menor. O que me intrigava era a visão daqueles pequenos pontos de luz, espalhados aqui e ali ao longo da rodovia, completamente isolados. O que me espantava era a vida ‘solitária’ daquelas pessoas. Como era possível viver uma vida que cabia num túbio ponto de luz, em meio ao negrume da noite? Eu sentia uma angústia profunda por aquelas pessoas.¹²

Somos adictos da luz, ela nos seduz tal como já o fazia o antigo fogo dos *deuses lares*

12 LAGES DA SILVA, Rodrigo. O que são essas luzes? Em, Baptista, Luis Antonio; Ferreira, Marcelo Santana (orgs.). *Por que a cidade?* Niterói: Editora da UFF, 2012. p. 17.

dos romanos.¹³ Agora, em torno do fogo das novas luzes (*celulares*) nos reunimos; somos como aqueles insetos ávidos que se reúnem na luz e giram em torno dela ou do fogo até queimar, consumir-se, gastando e desgastando-se. A luz se constitui mesmo como a centralidade que condensa o espaço e o tempo, talvez a característica suprema das capitais. Essa luz inventada por nós ilumina sem queimar, mas talvez devêssemos desconfiar dessa ilusão: a luz, ainda que não queime, arde na constelação das conjunções e da comunidade, arruinando o sentido da coletividade – principalmente as luzes das grandes cidades. Ao mesmo tempo que reúnem e promovem o encontro e espantam o medo e os fantasmas das sombras, ela também desperta o isolamento, a indiferença e a solidão; alimenta fugazmente as individualidades e as diferenças dos *insetus humanus* que se dirigem para ela. E assim, para acabar com os medos, a solidão e a violência, cada vez mais aumentamos a potência e o número de luzes, de lâmpadas. Há um sentido consentido nesse sem sentido que espanta o medo, mas não efetivamente a violência, empurrando-a para os lugares menos reluzentes da cidade. Nenhuma luz produzida pelo homem pode ser realmente orientadora, já atestavam os povos ditos *primitivos* e pouco *iluminados*: ela apenas atua orbitalmente, de maneira escravizante, enfeitiçante.

Essas luzes atraem porque significam muitas coisas, como a própria vida. Parece que também nos alimentamos de luz, seja qual for sua origem. As capitais são caminhos e pontos de chegada, faróis, orientações. Dirigimo-nos para elas porque têm respostas, às doenças e enfermidades, respostas às vidas que as cidades do interior não podem dar conta com suas luzes ofuscadas pela fulgurância das capitais. Esse dia artificial das capitais significa a potência de trabalhar: trabalho e mais trabalho, tanto de dia como de noite. *Twenty four hours* significam possibilidade de emprego, produção sem cessar. Talvez signifique em última instância a possibilidade de liberdade, de cortar raízes, e até as potências sexuais que no interior são reprimidas.¹⁴ Outra associação se estabelece, agora entre luz e liberdade.

Captolinos¹⁵

O interiorano quando chega à capital é um ninguém, mais um anônimo; mas a recíproca não é verdadeira. O que viveu na capital, quando chega ao interior, ou mesmo o interiorano que voltou da capital se torna centro de atenções, como se ele portasse e reportasse a própria capital. O capitalizado, o capitolino, fará de tudo para trazer seus amigos e parentes para vivenciarem, conhecerem o que ele conheceu e vivenciou, como se a capital, o capital, fosse o êxtase da existência. Capitolinos eram os que viviam no monte *Capitolino* (em latim: *Mons Capitolinus*), uma das sete colinas sobre as quais foi fundada a cidade de Roma. O termo *Capitolium*, por sua vez, se origina do radical *capitis*, *caput*, que significa cabeça, topo, cume.

A linguagem nesse sentido é muito misteriosa e ao mesmo tempo curiosa com a palavra capital. Para quem vive no interior, costuma-se designar-se a pessoa como um interiorano, provinciano, ou no campo: camponês ou colono. Mas quem vive na capital

¹³ Veja-se: FUÃO, Fernando. *Lares, sobre arquitetura e domesticação*. Em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2020/12/lares-sobre-arquitetura-e-domesticacao.html>

¹⁴ Restif de la Bretonne, em *les Nuits de Paris*, fez uma excelente descrição de Paris às vésperas da Revolução Francesa em suas andanças pela capital, exaltando o espetáculo da atividade noturna. Uma das características da capital é sua atividade diurna e noturna, 24 h, *night and day*. A capital não dorme, trabalha, produz sem cessar, e à noite oferece todos os prazeres que uma cidade do interior não oferece.

¹⁵ A expressão capitolino pode parecer até divertida porque, até por rima, lembra a figura de desenho animado do *Patolino*, mas não é por acaso. Na realidade não é por acaso essa associação; outrora na Roma Antiga foram os gansos e os patos que deram sinal avisando que os gauleses estavam tomando o monte capitólio.

não tem um correspondente; essas pessoas simplesmente são chamadas conforme o nome da capital. Talvez seja um escamoteamento de não utilizar a palavra que parece ser a mais óbvia e apropriada: *capitalista*.

Podemos até imaginar neologismos como *captolinos*, *capitalense*, *capitoriano*, ou *capitulanos* para designar os que vivem na capital, mas nenhuma delas é tão contundente e expressiva como capitalista. Parece haver uma relação direta e pouco estudada entre a questão da capital cidade e do capital, entre a formação das capitais e a formação do capital a partir do século XVII, que vai além da origem no latim *capitalis*, ou do mero capitel da coluna na arquitetura. A função d@ capital é criar e alimentar diferenças e competições. Os que vivem na capital sempre avaliam os feitos do interior como mal sucedidos, como se os interioranos fizessem as coisas erradas, ou inadequadas por falta de conhecimento; e consideram que as coisas ou feitos produzidos da e na capital são exitosos, e que o morador da capital é mais (cap)az que o do interior. As cidades do interior, as periferias, as bordas constituem-se em subcapítulos, estão carregadas por estigmas de toda a sorte; embora se tente dissimular, mesmo considerando-se algumas cidades carregadas por um ar de romantismo histórico, as cidades turísticas também coincidem com a ideia de um lugar pouco fecundo para viver, pois *não se tem nada pra fazer ali*, só para o turismo.

Evidente que a periferia não é igual a uma cidade do interior, até porque a cidade do interior também tem sua periferia, e tratará de impor os preconceitos que ela mesmo porta também para os pobres da periferia; como diria Paulo Freire, o oprimido também é opressor. Mas esse desdobramento que se realiza do macro para o micro se conforma também como dobras territoriais; não há essa diferenciação entre um dentro e fora da capital, da cap, mas sim dobras do espaço que irão aparecer em instâncias menores ininterruptamente tanto na capital, quanto no interior, e até mesmo na periferia da periferia – isso porque na criação da capital já está incluído esse princípio de poder, controle e subordinação à *capilaridade* que se dissemina da cabeça até os pés.

Esse princípio afeta não somente as decisões econômicas e políticas das cidades do interior, mas sobretudo introjeta-se nas subjetividades, assinalando essas cidades e seus moradores como atrasados, despossuídos de inteligência maior e (cap)cidade de sair dessa condição inferior, literalmente descapitados. Pode-se comparar analogamente a dissociação entre mente e corpo, em que o corpo assume o papel da besta (*sans tête*), e a cabeça, a da razão – a cabeça como única razão –, impossibilitando o desenvolvimento da razão menor do corpo.

Segundo Figueiredo,

Este debate é muito pouco colocado na agenda dos gestores locais que permanecem de forma isolada tentando saídas isoladas. A gestão pública não acompanhou a dinâmica das mudanças estruturais dos últimos 50 anos. A compreensão tradicional da gestão das cidades esclerosou-se. Ainda não se conseguiu fazer uma leitura das profundas mudanças ocorridas. Inverteu-se completamente a situação campo-cidade. As cidades-dormitórios da década de 80, vinte anos depois, tornaram-se cidades vivas, congestionadas de adolescentes e jovens que foram excluídos pelo mercado de trabalho, idosos e crianças que perambulam, suportando a ausência de programas e equipamentos que as incluam nas benesses que a cidade catalizadora oferece. Encurraladas por uma estrutura anacrônica de guetos – secretarias – em que cada uma olha para seu “feudo”, a administração pública agoniza, oferecendo resistência em integrar ações e programas,

buscando alternativas isoladas.¹⁶

É preciso desconstruir o sentido da capital, descapitalizá-la, decapitá-la. Essa desconstrução da capital é muito representativa, pois se trata não somente de deslocar a centralidade, descentralizando, mas sobretudo cortando esse fluxo e redistribuindo não só as benesses das grandes capitais, mas inclusive o que ela arrasta: o capital, a concentração do capital.

Com a criação das capitais do Estado absolutista, dá-se também a higienização das grandes cidades, e conjuntamente a lavagem e a unificação das línguas de um país. A capital que hoje conhecemos provém de um conceito de *Estado da Razão* fruto do iluminismo alicerçado e reafirmado também na filosofia Kantiana, nos Enciclopedistas e nos déspotas esclarecidos. A ideia de pertencimento a um grupo com uma cultura, língua e história próprias, a uma nação, sempre foi uma das marcas dos europeus nos últimos séculos – ideal esse que acabaria por transportar-se para as suas extensões coloniais na América do Sul, Caribe e África, associado ao processo de domesticação, à necessidade de *civilizar* os selvagens, em que a clareira Capital-Europa tornar-se-ia o símbolo máximo da civilização.¹⁷

Quando os antigos Estados soberanos conquistavam as colônias, não se interessavam em transferir para elas sua cultura superior; satisfaziam-se em tão somente extrair as riquezas dali, em apenas cobrar impostos, mantendo relativamente intocados o idioma, os costumes e as práticas produtivas da colônia. O Estado-nação moderno, ao contrário, passou a intervir ativamente nos seus setores periféricos, em suas colônias, para que se integrassem num processo de servidão em um todo nacional – principalmente usando como instrumento o compartilhamento de um idioma e de uma cultura sobre os nativos. Na medida em que o Estado é a lei, ele é uma instituição que se aplica a todos os que vivem em seu território, inclusive aos colonizados.

As capitais foram constituídas e sobretudo reafirmadas a partir do processo de industrialização e de uma divisão do espaço geográfico que estabeleceu uma nova configuração política e espacial, fruto da revolução burguesa e da revolução industrial. Assim, as capitais se alicerçaram sobre uma estrutura jurídica de Presidente, Governadores e Prefeitos, com a capacidade de impor e controlar uma soberania equitativamente e hierárquica, através de limites físicos bem definidos nos mapas; hierarquizados também em Estados, Províncias, Municípios.

Referente à questão pedagógica, o trágico está lá na base, quando desde cedo nos obrigam a aprender a decorar a importância das capitais dos Estados, e as capitais do mundo como divisão hierárquica do mundo, bem como observar os mapas e as linhas que separam um país do outro, e sucessivamente um estado do outro, um município do outro, uma cidade da outra, um bairro do outro. Essa divisão não é equânime, mas sim uma divisão de dependência subordinada à capital, uma arborescência, embora dissimulada pelas territorialidades e poder de cada Estado, como um todo pseudo-orgânico.

Cap

É surpreendente que quase não apareçam estudos entre o capital e a capital, dada a semelhança e a obviedade entre as duas palavras quando colocadas em espelhamento.

¹⁶ FIGUEIREDO, Pedro. *Cidades Catalizadoras*, op. cit.; p. 138.

¹⁷ Veja-se: FUÃO, Fernando, *Sobre cadeiras e clareiras, e A cidade pestilenta, sobre domesticação*.

Tampouco existem muitos estudos sistemáticos sobre a formação e a importância das capitais. Como expôs Laurent Vidal em seu estudo *Capitais sonhadas, capitais abandonadas. Considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (séculos XVIII - XX)*,

[...] podemos nos espantar ou lamentar, mas o fato é: na história, como nas ciências sociais, nenhum campo de estudo é consagrado à análise específica das capitais. Um balanço historiográfico da literatura sobre as capitais revela um conjunto de trabalhos, frequentemente de elevada qualidade, de diferentes disciplinas, mas que não constituem um campo de estudo legitimado com as questões reconhecidas pela comunidade dos investigadores: 'Poucas coisas foram escritas sobre as capitais como um tipo específico de cidade' reconhece Amos Rapoport (1993, p.31); 'As capitais são uma categoria de cidade facilmente definível, mas pouco estudada [...]. Não há na literatura acadêmica uma teoria que explique de modo conciso o papel das capitais na Idade Moderna' (CAMPBELL, 2003, p. 1).¹⁸

A palavra capital, em sua raiz *cap*, quer dizer chefe, cabeça, cabo no sentido de acidente geográfico, assim como cabo de exército, também letras capitulares, *caput*, não esquecendo que também quer dizer: *em direção de, rumo à*.

Capital quer dizer não só o lugar cabeça onde os governantes se estabelecem, mas também o lugar a que tudo se direciona, catalisa, gira e orbita e obedece. Capital no sentido econômico também significa a mesma coisa, é de onde também se deriva a palavra capitalismo, e incluso a palavra decapitação. Talvez a palavra catalisadora também possa ser entendida como ca(p)italizadora, assim como capilaridade, ambas têm um sentido aproximado como o que vimos antes. Derrida se dedicará a tratar o tema do *cap* em seu livro *O outro cabo (L'Autre Cap)*, uma crítica à Europa como capital do mundo, e o sentido obsoleto, anacrônico de capital, ante uma *democracia porvir*. Dirce Solis, ao comentar o livro de Derrida *O outro cabo*, explica que:

Antes, porém, a peculiaridade da escolha desse título por Derrida. Diz ele que um título já é sempre um cabo (*cap*), assim como o cabeçalho de um capítulo ou uma epígrafe (Derrida, 1995,98). Um cabo (*cap*) significa a extremidade, a ponta, a cabeça, mas pode dizer do fim, da finalidade, do polo, do telos. (Derrida, 1995,98). É a direção enfim. Um outro cabo (*cap*) pode sugerir uma nova direção a ser impressa, uma variação de roteiro ou rota diversa, mas que pode significar um desvio para algo ainda não muito bem traçado, não muito conhecido, ou até totalmente desconhecido e mesmo imprevisível. Teremos neste último caso o que se convencionou chamar desconstrução.¹⁹

¹⁸ Vidal explica ainda que "Essa constatação é ainda mais desconcertante, pois nunca como no século XX se criaram ou elevaram cidades à categoria de capitais: de fato, se havia pouco mais de 40 capitais no início do século XX, são hoje mais de 200 que compõem o novo xadrez internacional, depois das diferentes descolonizações e o desmoronamento da URSS." VIDAL LAURENT, *Capitais sonhadas, capitais abandonadas. Considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (séculos XVIII - XX)*. História vol.30, N.1, Franca, Jan./June 2011. p. 2. Também em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000100002>.

¹⁹ Todas as palavras (*cap*) entre parênteses foram agregadas por mim, com finalidade de não se restringirem a cabo. Solis, Dirce Eleonora Nigro. *A Democracia Banida. Reflexões a partir da noção de democracia por vir de Jacques Derrida*. Dirce. Em: A democracia e seus desafios em tempos de crise. Organizadores: Carrara, Ozanan; Costa, José André da; Carbonari. Paulo Cesar. 1a ed. Passo Fundo: Saluz-Ifibe, 2017. vol 1. p. 192.

Derrida vai considerar geograficamente a Europa, em termos geográficos, como um cabo, um fragmento do grande continente Eurásia, mostrando a similitude em termos de pareidolia, no caso, com a figura de uma velha. Prossegue Dirce Solis:

Numa conferência pronunciada em Turim em 1990 em Colóquio, tendo por presidente Gianni Vattimo, sobre “A identidade cultural europeia” e em 1991 publicada com o título *L’Autre Cap, O Outro Cabo, Memórias, respostas e responsabilidades* (1995), o pensador argelino-francês Jacques Derrida toma por base “o velhíssimo motivo da identidade europeia” que segundo ele “tem certamente a antiguidade venerável de um tema esgotado” (Derrida, 1995, 94). Derrida joga com a relação entre o ‘Outro Cabo’ onde estaria traduzido um “nós” e nele estaria incluída não só a Europa, mas todo o Ocidente que se inspirou e se afirmou a partir dos ditames da velha mãe, e o Outro do Cabo, aquele ou aquilo que não se sujeita à identidade europeia ou é identificável com ela. Trazendo a noção de *différance*, o Outro do Cabo seria “uma relação de identidade ao outro” (Derrida, 1995,99) que não mais obedeceria “à forma, ao signo ou à lógica do cabo, nem mesmo à do anti-cabo ou da decapitação” (Derrida, 1995,99). Seria o outro que não se encaixa nas relações estimadas e estimáveis da democracia ocidental, nos padrões culturais, religiosos e outros comumente aceitos como “universais” porque o universo seria o ocidente e ponto final.²⁰

Em tom de ironia, Derrida nessa conferência diz:

Que esta nova Europa guarda assim a sua memória luminosa: a filosofia, a democracia, as Luzes, e mesmo aquilo a que se chama, de maneira bastante duvidosa, a «secularização». Que ela guarde também a sua memória noturna, a memória de todos os crimes que cometeu na história, e que foram cometidos em seu nome, todas estas formas de hegemonia, de colonialismo e, no decurso deste século, todas as monstruosidades do totalitarismo europeu: fascismo, nazismo, estalinismo.²¹

Essa breve e suficiente explicação de Solis sobre a desconstrução da palavra cap também reforça e capacita o pensamento descolonialista para traçar novas orientações e desvios com relação à Europa e à América do Norte, o cap, as capes, os chefes do mundo, a sede do capital.

Para os arquitetos e urbanistas brasileiros e latinos formados na filiação arquitetônica europeia como centro do conhecimento, essa questão da capital tem uma profunda importância. Toda nossa história da arquitetura é respaldada como filiação da filiação da arquitetura do velho continente, ou vista como um subproduto. Se apelarmos para o modelo evolucionista eurocêntrico, a árvore genealógica da arquitetura tem suas raízes na Mesopotâmia, Egito, Grécia, Roma e assim bifurcando-se na arquitetura gótica, no Renascimento, ecletismo. A arquitetura brasileira terá seu nascimento na representação do galho do galho, no quebra-galho dessa árvore genealógica.

Essa tem sido a visão eurocêntrica sobre os países do terceiro mundo. E, por mais que

20 SOLIS, Dirce. Op. cit.; p. 193.

21 DERRIDA, J. *Carta à Europa. «Dupla memória»*. Revista filosófica de Coimbra. Vol. 23 . N. 46. Outubro de 2014. p. 471-472. Fundação Eng. Antonio de Almeida. Tradução e Notas Fernanda Bernardo.

os movimentos revivalistas modernos tentem equiparar o valor da arquitetura moderna produzida no Brasil a seus progenitores, infelizmente esta nunca será reconhecida no mundo Europeu como um excelente subproduto, nem mesmo um magnífico subcapítulo de sua façanha colonial. A atual valorização da arquitetura brasileira, principalmente a moderna, não passa de uma necessidade inconsciente de se reafirmar ante seus superiores, reafirmando assim o produto eurocêntrico colonial. Vale lembrar que o evolucionismo histórico é contemporâneo à colonização e à escravidão na América Latina, e não deixou de atuar mesmo em plena contemporaneidade. Modernidade e colonização são uma coisa só, que até hoje os arquitetos colonizados e capitolinos não enxergam.

Do cabo ao rabo. Estranha pareidolia ao ver um cabo e não um rabo, um apêndice. Estranha projeção de si mesmo sobre os outros. Há quem não enxergue o cabo, e sim o rabo. Por que um cabo e não um rabo? Nos mesmos termos escatológicos derridianos, em vez de ver a ponta da flecha, a cabeça, podemos ver como um rabo, uma bunda. Não só as duas palavras se confundem com suas letras e rimas, mas até sua forma poderia também se assemelhar. Capo para eles, rabo para os que vê(e)m de longe.

Derrida explica que, para a cultura europeia, o homem é sempre o cap, o cabeça, o capitão. O cap não é uma mulher, ainda que a palavra capital (cidade) seja feminina, e o capital (dinheiro), masculina. Mas essa colocação d@ capital em termos faloeurocênticos não ajuda muito para revelar o real rosto da figura do cap. O que Derrida designa como cap, cabeça europeia, deveria ser descrito principalmente como uma terrível cabeça predadora, um terrível monstro para além da questão de gênero. Ainda que tenha exposto, brevemente, “que deva guardar, também, a memória de todos os crimes que cometeu na história, e que foram cometidos em seu nome, todas estas formas de hegemonia, de colonialismo”, Derrida talvez não faça a crítica exaustiva porque sua visão descritiva está comprometida, impossibilitada como ele mesmo diz: “estou colonizado”, portanto estaria já (des)capacitado para ver a verdadeira cabeça. Derrida bem sabe da (im)possibilidade do espelho, e nesse caso o melhor espelho é o outro, os outros do outro cabo, os que foram espoliados, colonizados, roubados, pilhados e cruelmente assassinados para que as capes da Europa pudessem se criar.

Ao final de *O outro cabo*, Derrida se coloca na balança do juízo, oscilando de um lado a outro, de um cabo a outro, ao dizer: “Sou europeu, sou sem dúvida um intelectual europeu, gosto de me recordar; e por que deveria evitar? Em nome de que? Mas eu não sou, nem me sinto europeu de parte a parte.”²² A preocupação de Derrida ao analisar a capital, o capital é sobretudo a questão da União Europeia, o Mercado comum europeu e o problema da centralização do poder, a capital, o capital, a capital da capital. Lembrar que o discurso que permeava nesse período da conferência era a polêmica comemoração aos 500 anos da descoberta da América por Colombo.²³

22 DERRIDA, J. *El outro cabo*. La democracia para otro día. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1992. p. 67.

23 “Não haverá, certamente [hoje, no âmbito da globalização], capital oficial da cultura europeia. [...] Todavia, a inelutável questão da capital não desaparece por isso. Ela aponta doravante para as lutas pela hegemonia cultural. Através dos poderes estabelecidos e tradicionalmente dominantes de certos idiomas, de certas indústrias culturais, através do extraordinário aumento de novos media, de jornais e da edição, através da Universidade, através dos poderes tecno-científicos, através de novas ‘capilaridades’, competições, por vezes surdas, mas sempre ferozes, estão já em curso. [...] é então que se vê surgir a questão da capital, isto é, da centralidade hegemônica”. DERRIDA, *El outro cabo*. La democracia para otro día Op. cit.; p. 109.

Capitalês, a língua d@ capital

Antes mesmo de Derrida escrever *O monolinguismo do outro*, o movimento pós-colonial (Aimé Césaire, Franz Fanon, Albert Memmi, Anibal Quijano, Enrique Dussel, Walter Dignolo, entre outros), nos anos 50-60 já se apresentava o que Derrida chamaria posteriormente de *o outro cabo*, o outro giro, a dobra. A temática da descolonização abarcaria, obviamente, o tema da escravidão negra e indígena no Brasil e por conseguinte a questão educacional apresentada por Paulo Freire, do oprimido x opressor. Brasil, eterna província, foi e ainda é sinônimo de escravidão negra e indígena. Na perspectiva do conquistador, não se deve esquecer que *província* provém de *pro vincere* (latim), que significa a região que havia sido conquistada e vencida, estando, portanto, sob o domínio do conquistador. Essa escravidão não termina com a Lei Áurea: ela se arrasta posteriormente chegando ao início do século XX – esse fato será também marcante na arquitetura.²⁴

Será que Derrida chegou a ler Fanon? Quiçá não, porque, se houvesse, haveria percebido, enquanto argelino, a importância do trabalho de Franz Fanon sobre o poder opressor da língua francesa sobre os negros caribenhos e na Argélia. Infelizmente o grande desconstrutor não foi capaz de fazê-lo, preferindo assumir sua intelectualidade europeia de sujeito colonizado, possuído pela língua francesa – ainda que, simultaneamente recusando-a, combatendo-a –, que está implícita na desconstrução. Como observou Roder,

O sujeito Derrida parece ser mantido, assim, numa zona ou fronteira de inexpressividade original da clausura colonial. Nem exprimível, nem expressivo. Sem voz, sem *chez-soi*. Não um hóspede exatamente, mas talvez um refém. Refém de uma terra inóspita: refém em sua terra como terra do outro, como terra expropriada, colonizada.²⁵

Fanon lutou pela libertação colonial da Argélia, foi membro da *Frente de Libertação Nacional da Argélia*; seu pensamento e estratégias de lutas políticas são retratados em seus últimos anos de vida em *Os condenados da terra* (1961). Franz Fanon, psicanalista negro, dominicano, admirador de Sartre, viaja para Paris, para se encontrar com ele e apresentar seu trabalho *Os condenados da terra*. Sartre fará o prefácio. Mas é em *Pele negra, máscaras brancas*, em 1952, que Fanon expressou a relação existente entre o colonizado e as grandes capitais²⁶ – a relação entre linguagem, colonização e racismo.²⁷ O sutil e estrutural papel da linguagem na colonização do inconsciente negro, a rápida absorção da linguagem do opressor pelo oprimido para assemelhar-se a ele, e tornar-se um deles. E aqui destaca-se sobretudo a importância dada à ida do oprimido à capital, à relação entre capital (cidade) e linguagem. Fanon descreve nos

24 Exalta-se a modernidade, a arquitetura moderna no início do século XX, mas se esquece oportunamente de correlacioná-la com a escravidão, e com a mão de obra escrava recém liberta naquele período. Grande parte dos escravos recém-libertos e seus filhos e netos continuavam atrelados a seus donos, porque não tinham terras, dinheiro e casa, e não tinham para onde ir ou se dirigiram para as grandes cidades, aumentando a população pobre: seriam os deserdados e desterrados da República. Afora todas as narrativas de que os escravos recém-libertos vagavam pelas cidades, é muito provável que muitos deles tenham se dirigido para a construção civil, no início do século XX, ocupando as posições mais baixas como carregadores.

25 RODER, Arthur de Albuquerque Leão. *À beira da língua lei: pertencimento, alteridade e identidade em O monolinguismo do outro de Jacques Derrida*. Ítaca 33 – Edição Especial “50 anos de Desconstrução”. 2019. p. 14.

26 FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

27 “Logo que os capitalistas sabem, e são evidentemente os primeiros a saber, que seu governo se prepara para descolonizar, dão-se pressa em retirar da colônia a totalidade de seus capitais. A fuga espetacular dos capitais é um dos fenômenos mais constantes da descolonização.” Fanon, Franz, *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968. p. 45.

seguintes termos:

Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será.²⁸

E, como bem aponta, sobre a relação entre colonização e capitais, “*Temos a cidade, temos o campo. Temos a capital e a província. Aparentemente o problema dessa relação é o mesmo em toda parte.*”²⁹

Fanon refere-se especificamente à questão negra, quando os colonizados, quer sejam das Antilhas ou da África, se dirigem, tomam rumo, *cap*, às grandes capitais e acabam por mudar seu comportamento e linguagem. No caso específico dos antilhanos que se afrancesam, diz ele:

O negro que viveu na França durante algum tempo volta radicalmente transformado. Geneticamente falando, diríamos que seu fenótipo sofreu uma mutação definitiva, absoluta.³⁰ ... O negro que conhece a metrópole é um semideus. A respeito disso, lembro de um fato que deve ter impressionado gerações de meus compatriotas. Muitos antilhanos, após uma estadia mais ou menos longa na metrópole, voltam para ser consagrados. Entre eles o caipira, o nativo-que-nunca-saiu-de-sua-toca, representa a forma mais eloquente dessa ambivalência³¹

A pergunta que se coloca, ironicamente, é: serão somente os negros que viveram na França durante algum tempo que voltam radicalmente transformados? Não seriam também os brasileiros, os sudamericanos, os *sudacas*, que viveram na Europa durante algum tempo? Expressões como *voltou afrancesado, espanholado, inglesado*, são correntes para revelar esse processo de aculturação. Mas não se necessitaria ir tão longe: “voltaram cariocas com chiado e tudo”, voltaram paulistanos, ou mesmo porto-alegrenses. Geneticamente falando, como anteviu Fanon, diríamos que já não são mais as mesmas pessoas: sofreram uma mutação definitiva, absoluta, voltaram irreconhecíveis ante o poder da capital, até seu modo de vestir. Segundo Fanon: “*a inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia*”³². E acrescenta logo em seguida: “*precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado*”³³.

Porém, essa questão da capital também é claramente visível nas pessoas que vivem nas cidades dos interiores; no morador e no estudante do interior que vem para trabalhar e/ou estudar na capital. O esplendor da capital, a ideia de centralidade atrelada ao capital, o domínio que exerce o capital como modelo e modo de produção, são os responsáveis pela mudança. A questão da centralidade do poder opera na linguagem, na sua absorção, na forma de falar, nos acentos e entonações, operando e diferenciando quem é da periferia e quem pertence ao centro; quem é daqui e quem é

28 FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Op. cit.; p. 34.

29 FANON, F. Op. cit.; p. 34.

30 Op. cit.; p. 35.

31 Op. cit.; p. 35.

32 Op. cit.; p. 35.

33 Op. cit.; p. 35.

de fora, quem é da capital e quem é do interior.

Para muitos, viver na capital é chegar ao topo (*cap*), significa viver dentro da capital, do poder. A capital e o capital, enquanto lugar, exploração e linguagem, sintetizam a dependência colonial. Existe uma topologia imaginária da capital, e essa topologia está sempre acima das outras cidades. *Cap* significa topo, cume, mas pode se restringir a um mero capuz, um boné, uma cápsula (o que está na ponta do foguete), ou a ponta da lança, como se referiu Derrida. *Cap* pode ainda ter o sentido de coroar ou de terminar algo, dar fim, dar *capo*.

O que chega à capital, o (*cap*)turado, é imediatamente ou até mesmo muito antes seduzido, submetido pelas forças da capital que o transformará radicalmente, e terminará por apresentar um duplo discurso, como bem explicou Fanon:

Tomemos o exemplo de um natural de Lyon vivendo em Paris. Ele exaltará a calma de sua cidade, a beleza embriagante dos cais do Rio Ródano, o esplendor dos plátanos e muitas outras coisas que as pessoas ociosas cantam. Entretanto, de volta à sua cidade, sobretudo diante daqueles que não conhecem a capital, ele não lhe poupará elogios: Paris cidade-luz, o Sena, os barzinhos, conhecer Paris e depois morrer ... O processo se repete no caso do martinicano. Primeiro o elogio de sua ilha: Basse-Pointe, Marigot, Gros-Morne e, defronte, a imponente Fort-de-France. Em seguida, e este é o ponto essencial, fora de sua ilha, o mundo metropolitano.³⁴

Fanon observa magistralmente que:

O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial... E ninguém pensa em contestar que ela alimenta sua veia principal no coração das diversas teorias que fizeram do negro o meio do caminho no desenvolvimento do macaco até o homem. São evidências objetivas que dão conta da realidade.³⁵

Para Fanon, o fenômeno da linguagem é fundamental e, por esta razão, ele julgava a premência dos estudos da linguagem associados ao colonialismo para fornecer um dos elementos da compreensão da dimensão *para-o-outro*. O que Fanon descrevia era também o processo de domesticação exercido sobre os negros escravos e indígenas, inoculado através do parasita chamado linguagem. A questão da linguagem se considera hoje como uma das questões fundamentais do *racismo estrutural*, uma vez que falar é pensar, e que o conhecimento do mundo, sobretudo, é filtrado pela linguagem. No caso, esse falar torna-se existir absolutamente para o outro, e esse outro é o próprio opressor parasita. Do mesmo modo que o opressor entra na cabeça do oprimido contaminando, comprometendo seu pensar; o oprimido, o que está escravizado, o colonizado procura também entrar na mente do opressor, não para contaminá-lo; mas para agradá-lo, para saber do que ele necessita naquele exato momento, para supri-lo, ou mesmo concordar subservientemente com *sinceridade*.

Os novos opressores não abdicam de impregnar no oprimido sua fala, sua língua, sua

34 Op. cit.; p. 35.

35 Op. cit.; p. 33.

escrita, agora: *delete*, *mouse*, *downloads*, *podcast*, *whatsapp*, *facebook*, ...; e não é só a questão do negro, mas de todos os subservientes, dos submetidos aos novos processos de domesticação via meios de comunicação.

Essa questão do racismo está profundamente entranhada na linguagem; por exemplo, se tomarmos o EUA, o *cap* dos *cap* em explorar os outros países, veremos que a arquitetura símbolo e casa do poder racistamente se chama *Casa Branca*. E tem também o (*Cap*)itório, o prédio que serve como centro legislativo do Estado americano, lembrando que capitólio, além de ser *cap*, significa também esplendor, glória, triunfo.

Segundo Fanon, o interiorano que chega à Capital muda; muda porque, para ele, a capital representa o tabernáculo, não apenas porque da capital saem pessoas famosas, mas porque é de lá que também vêm os médicos, os advogados, os dentistas, os chefes administrativos, incluso os arquitetos; porque lá estão as referências arquitetônicas e urbanísticas. Porque lá tem tudo, e de lá sai tudo, o colonizado passa a ver que, em sua terra, não tem as coisas da capital. Segundo Fanon, "Existe uma espécie de enfeitamento à distância, e aquele que parte por uma semana com destino à capital cria em torno de si um círculo mágico onde as palavras que designam lugares famosos da capital, são pedras fundamentais"³⁶, Fanon aqui se refere sobretudo aos monumentos, às referências espaciais, como a Torre Eiffel, St. Germain, Avenida Foch...

O opressor branco segue ainda exibindo suas fotografias como troféus e testemunhos de que esteve lá. Não diferente faz seu oprimido que, quando vai para a capital, para tentar *a sorte*, em seu retorno, tal qual seu opressor, repete o mesmo rito. Exibe as fotos que tirou nos principais monumentos e pontos turísticos; tenta se mostrar como um vitorioso na capital, busca exibir uma vida ou estadia plena de felicidade e conquistas; sorri ante a câmera para a *selfie*, posta no *facebook* e *whatsapp*, mesmo que sua permanência tenha sido somente de dificuldades, preconceitos de tudo que é espécie, por sua cor, fala, até mesmo pelo caminhar. Esse também tem sido o papel dos professores de arquitetura: sempre que podem viajar para as capitais culturais, posam ante as grandes referências da arquitetura, as arquiteturas da moda, e depois exibem e se exibem para os alunos mostrando os slides.

O recém-chegado da capital vira centro de interesse na cidade do interior ou na periferia, principalmente se lá são pobres; ele se torna o centro de atenções em sua cidade de origem como se portasse a glória, a luz da capital: ele está iluminado, esclarecido. O novo capitolino tem rapidamente a palavra, sua palavra sempre é esperada, como dizia Fanon. Hoje, no entanto, as coisas parecem ter mudado um pouco, as pessoas, devido à globalização e à internet, já não ligam muito para esse aspecto. A capital já não encanta tanto como antes.

O Profeta Gentileza, talvez em sua loucura, tenha sido um dos poucos que tenha percebido profundamente essa relação de poder que se estabelece entre a capital e o capital; todo aspecto nefasto, macabro oriundo dessa conjunção quando se refere ao capitalismo como (*cap*)etalismo.

Gentileza x Capeta Capital.

A natureza não vende terra,

A natureza não cobra pra dar alimentação para nós.

Esse dia lindo, essa luz que está em cima de nós, a nossa vida,

Ou seja, vem do mundo, é de graça, é Deus nosso Pai

36 Op. cit.; p. 38.

Que dá.
Agora o capeta do homem que é o capitalismo, é que
Vende tudo, destrói tudo,
Destruindo a própria humanidade.
Capeta vem de origem capital.
É o vil metal.³⁷

Não há uma única capital, mas o conceito de cap pode ser aplicável desde a capital do planeta, ou as capitais do planeta, até as menores cidades como centro de uma territorialidade. Para a capital é para onde se deslocam as pessoas. Deslocam-se em busca do capital, em busca de trabalho e possibilidades: ali serão capturadas na rede da servidão urbana, para se constituir capital humano. A capital é a casa do capital, o domicílio do capital. Quando o *cap* se desloca para outro lugar, funda uma nova capital, uma nova centralidade do poder, como foi no passado o Palácio de Versalhes, e outros similares na Europa no Iluminismo; ou mesmo o que sucedeu bastardamente aqui no Brasil com a criação de Brasília.

Retornando, a questão da linguagem está tão entranhada na psique, como bem explicitou Fanon e Derrida, que até os pensamentos mais progressistas e revolucionários se veem dependentes dela. Devemos entender a arquitetura também como uma linguagem tal como o enunciaram teóricos, durante os anos 1970 e 1980, como C. Jencks, F. Choay, B. Zevi, J. Sumerson, entre outros. Um exemplo bastante comprometedor aqui no Brasil: sempre que se quer estudar, projetar um tema arquitetônico, costuma-se buscar as referências nas grandes capitais, São Paulo e Rio de Janeiro, ou mesmo em uma capital menor. Isso é mais gritante quando os alunos de projeto arquitetônico vão buscar as referências de seus projetos em projetos, na maioria das vezes, no exterior. Isso já é considerado uma normalidade dentro da academia. Na outra ponta, também se pode observar que, um aluno de arquitetura europeu dificilmente irá tomar como referência algum projeto latino-americano. Tudo hoje é referendado pelos grandes centros, pelas grandes capitais. Elas são a morada do capital e também do conhecimento e da ciência. O problema dessa lógica espacial, que é a mesma lógica das cidades *capitalizadoras*, é a do deslocamento da periferia para o centro, e raramente vice-versa. Infelizmente, para quem pertence a São Paulo, Rio de Janeiro, parece que as outras capitais possuem uma hierarquia abaixo no imaginário, onde sempre se apresentam como se fossem menores.

A questão que se coloca hoje é de como (des)capitalizar, decapitar, desconstruir essa noção estabelecida e fundante do Estado que é *@ capital*, lugar e poder do preconceito, e do estigma – tal qual uma forma de racismo ou homofobia velada –, principalmente quando se trata da formação acadêmica. Observa-se, na hora de comparar currículo, quando as Faculdades do interior são preteridas às da capital; quando a *naturalidade* lavrada na carteira de identidade pesa a favor ou contra, denunciando o próprio acento, o sotaque da fala. O recém chegado é visto com certo demérito por parte dos colegas estudantes, ou até mesmo de colegas professores, ao contrário do capitolino a quem a primeira fala, geralmente, é concedida, e, quanto maior a capital, o *capital cultural*, mais prioridade terá ante os demais; se for, então, estrangeiro dos países ricos, é sempre o que faz a abertura. Ser *cap* é estar no centro, capitalizar as atenções., agora se estrangeiro é um migrante, indigente não terá nenhuma consideração mesmo vindo de uma capital.

Na verdade, o que se denomina *capital social*, malgrado o termo, está também de certa forma atrelado à capital, ao capital. O lugar da fala da capital coincide com o lugar da

fala do capital cultural.³⁸

Viver o Capital, viver na Capital

Qualquer reflexão, teoria sobre a espacialidade e ou sobre as cidades, e principalmente sobre o viver nelas, assim como o próprio conceito de habitar, deveria doravante levar em conta que o viver numa capital é distinto do viver numa cidade pequena do interior. Se acompanharmos as sendas de Heidegger em *Construir, morar e pensar*³⁹, o espaço diferenciado da capital corresponde também a um modo de vida distinto com sua linguagem distinta, entonação distinta, e até a experiência da consumação do tempo, o caminhar; tudo afeta a estrutura do pensamento. Ou seja, a linguagem é determinante no pensar, e essa linguagem também é indissociável do habitar/morar. O pensamento de quem vive na capital é distinto do de quem vive no interior; o pensamento de quem vive no interior é distante do pensamento da capital.

Mas o desejo do pensar do interior muitas vezes é o pensar da capital, já é ser capital; quer agregar-se a ele, somar-se, uniformizar-se, diluir-se, tornar-se um anônimo na capital. Perder sua identidade, sua aura, como bem analisaram Edgar Allan Poe, em *O homem na multidão*, e C. Baudelaire, em *A perda da aura*. É função mesmo da capital-razão, da razão-capital criar uniformização, normatização, arquivamento, distribuir ordenações desde o centro-cabeça até os pés para todas as cidades, dentro de uma lógica única; sobretudo enquanto cabeça, fazer chegar aos lugares mais longínquos os acontecimentos que se dão na capital.

Veremos que todas as características das atuais capitais coincidem com os primórdios do capitalismo, com o nascimento das capitais e com o embrião do Estado moderno, já mesmo no fim da Idade Média. Como esclarece Lewis Mumford,

[...] o Estado moderno começou a tomar forma no século XIV. Suas marcas distintivas são a burocracia permanente, tribunais permanentes de justiça, arquivos e documentos permanentes e edificações permanentes, mais ou menos centralmente localizados, para a condução dos negócios oficiais. A centralização da autoridade exigia a criação de uma capital, ao passo que a capital, comandando as principais rotas de comércio e movimento militar, era uma poderosa contribuição à unificação do Estado... A capital tinha a desempenhar um papel tanto social quanto político. Na capital, os hábitos da província, seus costumes e dialetos, eram misturados e refundidos segundo a imagem da corte real: esta veio a ser chamada imagem nacional, nacional pela prescrição e pela moda imitativa, mais do que pela origem... A consolidação do poder na capital política fez-se acompanhar por uma perda de poder e de iniciativa.⁴⁰

Lei, ordem, uniformidade – tudo isso são, pois, produtos especiais da criação da capital barroca.⁴¹

Com o advento da capital e do capital mais fortemente no século XVIII na Europa, as cidades do interior, os pequenos centros, pouco a pouco foram perdendo sua autonomia

38 Veja-se: BOURDIER, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1984. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

39 MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 385-386.

40 Op. cit.; p. 385-386.

41 Op. cit.; p. 399.

37 GUELMAN, Leonardo. *Brasil: tempo de gentileza*. Niterói: EDUFF, 2000. p. 44.

e diferenciação para se adequar à uniformização imposta pelos Estados monárquicos. Nesse sentido, o trabalho de Laurent Vidal tem buscado esclarecer e responder às questões da vida nas capitais e sobretudo das capitais latino-americanas:

Se uma tal leitura das funções da capital está adequada às necessidades nascidas da estruturação dos Estados modernos, outros filósofos, como Rousseau, não hesitarão em pôr em causa a primazia dessas capitais, sublinhando com amargura que as capitais são menos diferentes entre elas que os povos que as governam – induzindo-se por aí, em sua opinião, um lamentável processo de uniformização: ‘Ora, se as cidades são prejudiciais, as capitais o são ainda mais. Uma capital é um abismo onde quase toda a nação perderá seus costumes, suas leis, sua coragem e sua liberdade [...]. Da capital é exalada uma peste contínua que mina e destrói, por fim, a nação’ (ROUSSEAU, 1763, p. 911-912).⁴²

A coisa e o lugar são indissociáveis. Habitar a capital, habitar o capital. Viver na capital, entranhar-se no capital, tornar-se capital.... humano. A capital é o domicílio do capital, o Dom capital, o lugar onde se dá basicamente a produção e as ordenações do capital. O capital faz a capital, a capital faz o capital; ela é o lugar da industrialização e da mais-valia. @ Capital é acumulação, acumulação de gente e de dinheiro. F. Engels, em *A situação da classe operária na Inglaterra*⁴³, explicava que, no capitalismo, existe uma dupla tendência centralizadora, e que a concentração da população acompanha a do capital. A essência da capital é crescer, crescer indefinidamente, concentrar gente, acumular, absorver mais e sempre mais, promovendo sempre a indiferença (*indifférence*). Por isso hoje o discurso das diferenças talvez seja tão importante; ela é fruto mesmo da vida na capital. Essa concentração da população indiferente acompanha a acumulação do capital e vice-versa. Como bem observou Engels,

Também a população se torna centralizada, como o capital – o que é natural porque, na indústria, o homem, o operário, não é considerado mais que uma fração do capital posta à disposição do industrial e a que este paga um juro, sob o nome de salário, por sua utilização. O grande estabelecimento industrial demanda muitos operários, que trabalham em conjunto numa mesma edificação; eles devem morar próximos e juntos – e, por isso, onde surge uma fábrica de médio porte, logo se ergue uma vila... Quanto maior é a cidade, maiores são as vantagens que ela oferece. Surgem as ferrovias, os canais e as estradas; a possibilidade de escolha dos trabalhadores experientes torna-se cada vez maior.⁴⁴

Talvez, um dos equívocos é continuar tratando as cidades pelo nome genérico de cidades. As capitais e cidades do interior não estão sujeitas às mesmas regras e conceitos teóricos. A capital é distinta. Qualquer teorização sobre cidades deveria ser relativizada para as capitais; ela não é só o lugar das lutas políticas, da vida em comum: ela tem por finalidade estabelecer um modo de vida padrão para todos os seus moradores, tem por incumbência, através dos meios de comunicação, desde os mais primitivos, divulgar e incentivar em seus cidadãos esses modos de habitar, produzir e consumir-se. É papel mesmo da capital, como se refere Mumford, produzir moda, produzir consumo, hierarquias de cima abaixo, produzir fetiche, grandiosidade,

42 VIDAL LAURENT. Op. cit.; p. 3.

43 ENGELS, Friederich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

44 ENGELS, F. Op. cit.; p.64-65.

produzir luxo e lixo. Tudo na capital é atordoante, majestoso, monumental, exagerado, barulhento, assustador e fascinante.

A criação de uma identidade cultural também é uma fetichização da cultura como forma de poder. Uma das funções vitais da capital é produzir imaginação, conformar e confirmar um imaginário de sedução através das imagens que possa dela extrair, na qual a arquitetura desempenha um papel fundamental, como foi o caso de Barcelona, que desde 1986, quando foi nomeada a cidade dos Jogos Olímpicos de 1992, transformou seu imaginário, transformando a própria imagem da cidade e de seus habitantes para o mundo, e segue até hoje projetando ser um lugar onde a monumentalidade, a inovação e a renovação são uma constante.

O historiador Giulio Carlo Argan, em *A Europa das capitais*, ao mostrar a condição da formação das capitais na Europa entre 1600-1700, também observou que as raras cidades eleitas para essa função capital perderam seu caráter municipal para se tornarem, simultaneamente, a imagem do Estado e o aparelho de seu poder. Argan descreve longamente que:

A grande criação política do século XVII é o Estado nacional, sua forma típica, a monarquia absoluta. A Europa moderna nasce como um sistema de Estados em busca de um equilíbrio de forças políticas e econômicas. O Renascimento havia dado vida a uma civilização urbana na qual cada cidade se apresentava, não como uma célula dentro da comunidade, mas como um pequeno Estado soberano: a cidade não era somente a sede do príncipe e o instrumento de sua política pessoal, mas a herdeira de uma tradição histórica e o centro de uma cultura autêntica. No século XVII, a centralização do poder determina o domínio de uma cidade que se converte na sede da autoridade do Estado e dos órgãos do governo e da administração pública, e igualmente das representações diplomáticas que regulavam as relações entre os Estados. A criação de uma cidade-capital determina obviamente a regressão das demais cidades do Estado que ficaram sob o mando das cabeças de províncias. Doravante se distinguirá uma cultura e uma arte da capital, aberta a todos intercâmbios internacionais, e uma cultura e arte provinciais, quiçá de alto nível, mas sempre em uma posição periférica com relação às grandes correntes da metrópole. A cidade-capital tem também uma função representativa, e tende com frequência a perder seu caráter municipal, tanto na estrutura social, como na configuração planimétrica e edificatória. Pela situação, geralmente tendendo ao centro do país, e pelo caráter que se dá nas guerras nesse período, a defesa da capital se decide normalmente longe de seus confins; por consequência a capital já não se apresenta como uma cidade fechada entre muralhas, mas como um organismo aberto, um nó de vias de comunicação. Por outro lado a transformação interna da capital não depende já da iniciativa dos cidadãos ou da municipalidade, mas da autoridade política.⁴⁵

A capital, como observou Argan, já não seria somente o lugar de moradia da comunidade tradicional, “mas a meta também de visitantes de todos os países; ela deve impor-se pela grandiosidade de seus monumentos, orientar sua estrutura viária

45 ARGAN, G. C. *La Europa de las capitales*. 1600-1700. Skira Carroggio Ediciones. Barcelona. 1964. p. 3.

com as grandes rotas de acesso de fora”.⁴⁶ Embora a monumentalidade não seja uma invenção da capital, Argan apresenta o monumental, a monumentalidade assim como as largas avenidas, como o símbolo distintivo da capital, a representação do poder monárquico ou estatal. Eu incluiria também o resplendor das luzes da capital. Não somente símbolo da capital, mas demonstração do poder soberano e do capital. Uma das características da capital será sem dúvida o monumental, o enorme, o mais alto, os arranha-céus como símbolo de diferenciação das cidades do interior que orbitam em torno à capital, e, quanto mais próximos, maior essa gravitação. A altura será símbolo até hoje de progresso civilizatório, os arranha-céus assinalam ao viajante a aproximação à cidade, conformam a paisagem urbana à distância. A partir do início do século XX, por exemplo, Nova York foi considerada a capital das capitais, porque, entre tantas coisas, ela possuía naquela época os edifícios mais altos do mundo. Ainda hoje a altura dos arranha-céus é um parâmetro para demonstração do poder, vide, por exemplo, a cidade de Dubai, ou aqui no Brasil a cidade de Balneário Camboriú.

Diz Argan: “a ideia de monumento como unidade plástica e arquitetônica representativa dos valores ou da autoridade está conectada com a ideia da cidade-capital, e também com a ideia do Estado absoluto.”⁴⁷ Para Argan, a conformação das capitais carrega, além do monumental, também a importância e a necessidade da abertura das grandes avenidas: elas serão um dos marcos principais da capital, da futura *vida em corredor*, as grandes avenidas. Os passeios (*boulevards*) seriam a representação e lugar do fluxo incessante principalmente da burguesia no século XIX; ali já então se estabeleceria a separação entre espaço trafegável para carruagens e a calçada para pedestres. Outra característica será a criação dos parques e das praças⁴⁸. Diz Argan: “A capital, como forma urbana tipicamente barroca, é a representação monumental do que Munford chama ‘a ideologia do poder’.”⁴⁹ Ou, como diria Derrida: “A capital é a memória de si que se reúne e se acumula, se capitaliza em si e para si, lugar de memória capitalizante e de decisão, de capitão”.⁵⁰ A capital é a razão primeira e última de todo processo de capitalização e civilização, domesticação.

O monumento enquanto marco também assinala a centralidade do capital, um marco ao qual tudo deve dirigir-se, através da arquitetura do poder, na maioria das vezes situados no centro da cidade. Vide, por exemplo, a Avenida Paulista, em São Paulo, que reforça a dimensão de centralidade da capital. Segundo Laurent Vidal, “a centralidade é contemporânea da estabilização dos Estados-nações europeus, esse conceito de centralidade subentende uma imagem de estabilidade. Daí a associação implícita (pois nunca foi especificamente demonstrada ou formulada): centralidade = estabilidade.”⁵¹ Centralidade, capital também pode ser definida como lugar do qual tudo parte e aonde tudo chega; é como um porto, uma porta, por isso para as capitais é vital possuírem aeroportos.

As cidades do interior se utilizam dos mesmos modelos arquitetônicos da capital como referência, as mesmas tipologias dos monumentos, embora numa escala e proporcionalidade edificatória menor, inferiores, já desde o século XIX. Essa repetição por imitação e por redução de escala tem por finalidade reverenciar a capital, fazer lembrar e ao mesmo tempo reforçar o vínculo de dependência cultural, o elo que a acorrenta territorialmente à capital. “Se tem na Europa, tem que ter no Brasil, se tem no Rio e em São Paulo, tem que ter aqui também”, “se aconteceu lá, acontecerá aqui

46 Op. cit.; p. 4.

47 Op. cit.; p. 4.

48 Argan se fundamentou nas reflexões de Lewis Mumford, na *Cultura nas Cidades*, já aqui explicitadas.

49 ARGAN, G. C. Op. cit.; p. 6.

50 DERRIDA, op. cit; p. 103.

51 VIDAL LAURENT, op. cit.; p. 3.

também”, e assim por diante. O processo de reprodução das arquiteturas europeias na América Latina tinha também o objetivo de proporcionar, aos europeus que aqui vinham viver, explorar e colonizar, o sentido de sentir-se num ambiente familiar.

Para os Estados-nações, o poder se exerce da capital até os pés numa escala de proporcionalidade populacional. A grandeza de uma capital e sua potência é dada, no imaginário de todos, pela multidão de seus habitantes, a acumulação de gente: quanto mais gente, mais rica parece ser a cidade. Essa população para o capitalista é vista como potência de trabalho, geração de capital, patrimônio, capital humano, tal como no tempo da escravidão. Hoje, um dos indicadores econômicos é a renda per (cap)ta, quer dizer: por cabeça, e não mais por família. A renda per capita corresponde à renda média da população de um país em um determinado ano ou período, e é calculada por meio da divisão da Renda Nacional (ou o PNB) de um país pelo número de habitantes. A princípio, @ capital precisa gerar fartura de corpos destinados a produzir riqueza para produzir capital. E enquanto corpos eles se constituem em produtos e produtores do capital.

Acumular capital, acumular riqueza também quer dizer acumular um contingente de trabalhadores, reserva de desempregados disponível para o trabalho a qualquer preço. Estar na capital, viver @ capital significa emular a competição, a concorrência entre operários e desempregados; e até mesmo dos empregados entre si, na hora de barganhar o miserável salário ou rendimento desses indivíduos. Segundo Engels,

[...] a concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa. Essa guerra, uma guerra pela vida, pela existência, por tudo e que, em caso de necessidade, pode ser uma guerra de morte, não se trava apenas entre as diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo para o outro e, por isso, todos procuram eliminar quem quer que se lhes cruze o caminho e tente disputar seu lugar. Os operários concorrem entre si tal como os burgueses.⁵²

O conceito de população segundo Foucault⁵³ estabeleceu-se a partir da formação do Estado moderno; e este Estado Moderno quer dizer individualização, produção de Individualidades. A individualização significa, em termos biopolíticos, o controle dos corpos desde o nascimento até a morte. A formação das individualidades inicia-se na capital e pouco a pouco se dirige às populações do interior.

Como bem colocou Lefebvre⁵⁴ em *A cidade do Capital*, é Friedrich Engels o grande descritor da vida das grandes cidades associada ao capital e às péssimas condições da vida dos trabalhadores no final do século XIX. Engels observou com grande lucidez, em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*⁵⁵, que a concentração da pobreza nas grandes cidades é o que mantém o movimento incessante que caracteriza as capitais, o que movimenta a máquina. É esse contingente humano enquanto produto e produtor que garante o crescimento da capital. Como observou com perspicácia Lefebvre, “Essa miséria, ao mesmo tempo ocasional (para os indivíduos) e perpétua (para a classe), contribui para a desordem pitoresca e para animação dos bairros operários nas cidades industriais”⁵⁶.

52 ENGELS, op. cit.; p.117.

53 FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

54 LEFEBVRE, Henri. *A cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

55 ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

56 LEFEBVRE. Op. cit.; p. 23.

Anteriormente, Engels explicava que

A tendência centralizadora da indústria, contudo, não se esgota nisso. [...] Os operários têm necessidades cuja satisfação depende de outras pessoas, que ocorrem à vila: artesãos, alfaiates, sapateiros, padeiros, pedreiros e marceneiros. Os habitantes da vila, especialmente a geração mais jovem, habitam-se ao trabalho fabril, familiarizam-se com ele e quando a primeira fábrica, como é compreensível, já não os pode empregar a todos, os salários caem – e, em consequência, novos industriais ali se estabelecem. Assim, da vila nasce uma pequena cidade e da pequena, uma grande cidade. Quanto maior é a cidade, maiores são as vantagens da aglomeração.⁵⁷

Ao ler-se *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, percebe-se que, passados mais de cento e cinquenta anos, tudo continua igual ou pior. Esse ainda é o drama, o paradoxo das capitais, das cidades capitalizadoras, ou seja: lutar dentro dela contra ela própria. Lutar contra o capital dentro da capital, lutar contra a capital, servindo ao capital. Como observaram Engels e Lefebvre, seria principalmente na capital que se formaria no século XIX a luta de classes; as capitais desde então seriam a sede do movimento operário, ali que os operários começariam a refletir sobre sua situação e a sua luta.

Fanon faria lucidamente um importante contraponto à questão da capital, ressaltando que

O escritório político muitas vezes – ai de nós! – constitui todo o partido, e seus membros residem permanentemente: na capital. Num país subdesenvolvido os membros dirigentes do partido devem fugir da capital como da peste. Devem residir, excetuando uns poucos, nas regiões rurais. Cumpra evitar centralizar tudo na grande cidade. Nenhuma desculpa de ordem administrativa pode legitimar a efervescência de uma capital já superpopulosa e superdesenvolvida em comparação com os nove décimos do território. O partido há de ser descentralizado ao extremo. É o único meio de ativar as regiões mortas, as regiões que ainda não despertaram para a vida.⁵⁸

Fanon, reforçaria que, ao contrário

[...] pensamos que o interior deveria ser privilegiado. Em último caso, aliás, não haveria nenhum inconveniente em que o governo se estabelecesse fora da capital. É preciso dessacralizar a capital e mostrar às massas deserdadas que é para elas que se decide: trabalhar. É em certo sentido o que o Governo brasileiro procurou fazer com Brasília. A arrogância do Rio de Janeiro era um insulto ao povo brasileiro. Mas infelizmente Brasília é ainda uma nova Capital tão monstruosa como a primeira. O único interesse dessa realização é que hoje existe uma estrada através da selva. Não, nenhum motivo sério pode opor-se à escolha de uma outra capital, ao deslocamento do conjunto do governo para uma das regiões mais atrasadas.⁵⁹

57 ENGELS, F., op. cit.; p. 64.

58 FANON, F. *Os condenados da terra*, p. 152. Diz ainda Fanon: “Muitas vezes, na realidade, contentamo-nos com instalar organismos nacionais no alto e sempre na capital: a União das Mulheres, a União dos Jovens, os Sindicatos, etc.”. p. 159.

59 Op. cit.; p. 153.

Reforça Fanon, “a capital dos países subdesenvolvidos é uma noção comercial herdada do período colonial.”⁶⁰

Entretanto, cabe observar que, ao enfatizar, ou tomar como cerne a questão do capital, da produção e dos operários, tanto em Engels como em Marx, ou Lefebvre, não se encontra a devida importância da escravidão dos negros e dos indígenas que era praticada na América como fonte de mão de obra para a extração e cultivo das riquezas – fato esse de que Fanon viria dar conta posteriormente, através da linguagem. A mão de obra quase escrava de operários na Europa, não haveria porque não existiria matéria-prima para a indústria, extraída pelo trabalho escravo nas Américas e África. Durante anos, a capital Europa determinou o valor de tudo o que era produzido na América, e segue assim hoje. Se tomarmos como exemplo a indústria exploratória da reciclagem, são os compradores internacionais que determinam o valor do alumínio, as latinhas de alumínio que o miserável do catador recolhe nas cidades, a preço de centavos o quilo.

Hoje, entretanto, há uma bizarra diferença, como bem observou Fanon: o capitalismo, em seu período de desenvolvimento, via nas colônias uma fonte de matérias-primas que, manufaturadas, podiam espalhar-se no mercado europeu. Depois de uma fase de acumulação do capital, no século XX já havia se modificado a concepção da rentabilidade de um negócio. E então, as colônias converteram-se num mercado de consumo dos produtos europeus, também de sua arquitetura, moda e costumes.⁶¹ É curioso porque esse mesmo princípio de capturar capital também se aplicou para as cidades do interior, ou mesmo para as periferias das grandes cidades, como se referiu anteriormente Figueiredo.

Nova Cap

@ capital não vive sem as cidades do interior, sem a periferia ou o Terceiro mundo, sem a cidade do interior. Ela importa e exporta; a capital é como uma porta: por ela tudo entra e tudo sai. Elas determinam uma rede de subserviência de cabo a rabo que trata constantemente de alimentar essas diferenças constituintes. Há um fluxo não só populacional como também de capital para alimentar essas cidades ca(p)talizadoras. Tudo deve ser glorioso na capital, até sua pobreza deve ser magnificamente miserável e assustadora. A capital é o ornamento do território, como enunciou Foucault,⁶² a alegoria da governamentalidade do Estado. Um símbolo difícil de perceber, mas que está ali representada na própria capital a tirania do capitalismo. Foucault em *Segurança, território, população* explicava que a capital é o lugar da fabricação das leis, e também “o lugar da garantia de que esses decretos e leis deveriam ser assegurados em todo o território; e que em nenhum canto do reino escape dessa rede geral das leis e dos decretos do soberano”.⁶³

Enquanto lugar de origem, a capital deve dar o exemplo dos bons costumes, e ser a referência política, cultural e jurídica. Segundo Foucault, as capitais dos Estados Soberanos

[...] são a sede das academias, das ciências, cuja verdade deve nascer ali, para então se difundir no resto do país. Deve ser o lugar do luxo, da pompa e da ostentação. Não somente para os antigos

60 Op. cit.; p. 153.

61 FANON. *Os condenados da terra*. Op. cit.; p. 49.

62 FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. Martins Fontes. São Paulo. 2008, p. 18.

63 Op. cit.; p. 18.

monarcas, mas mesmo para as democracias, e que constituam-se sempre um lugar de atração para as mercadorias que chegam do estrangeiro.⁶⁴

Entre tantas outras capitais se criou outra capital, um outro cabo, o cabo dos cabos, a capital virtual, a internet, com sua rede de organização de comunicação de grandes infovias, cabos que conectam um lado a outro. Essa *nova cap* é atópica, está em todos os lugares e ao mesmo tempo em nenhum, abarca e subjuga a todas. Cabeça da cabeça. Para a nova capital, qualquer um pode dirigir-se rapidamente e retornar a qualquer momento. O interiorano pode acessá-la, dirigir-se a ela instantaneamente, pode até trabalhar nela, pode caminhar nela e olhar estranhas vitrines, consumir, se tiver como comprar, divertir-se. Os que vivem nas grandes capitais também vão a essa nova e monstruosa babilônia. Já estão vivendo nela, Ela está assimilando tudo, como é da essência mesmo de ser capital, já está determinando modelos espaciais, referências dentro de sua lógica para todas grandes e pequenas cidades.

A preocupação de Derrida, em 1980, de uma disputa das capitais na Europa pela hegemonia cultural, através dos poderes dominantes de certos idiomas, de certas indústrias culturais, das Universidades, através dos poderes tecnocientíficos, de novas capilaridades⁶⁵, nada disso parece hoje fazer muito sentido quando confrontadas com essa nova capital: @ capital⁶⁶. O advento da internet entre tantas reformulações do espaço trouxe esse questionamento à estabilização e centralidade das capitais. Agora, a capital internet tratará de subordinar e retirar a pouca identidade que restava das capitais físicas, similarmente quando se criaram as capitais no Estado soberano. Parece que o valor da monumentalidade e das grandes avenidas já não têm a menor importância, e sim a capacidade das infovias, os 5G, as estruturas virtuais de consumo e visualidade. O fato de estar em todos os lugares e em nenhum ao mesmo tempo não retira seu papel de capital soberana, cap das cap, originada e alimentada pelas caps cresceu acima de todas essas cabeças. Sua invisibilidade anuncia também a chegada do capital invisível, e até do dinheiro como espécie, e até mesmo de todos os cartões de crédito.

Talvez uma das melhores descrições, hoje em 2021, da indiferença nas grandes capitais da América Latina tenha sido descrita por Engels em 1845; e parece que de lá para cá nada quase mudou, mas, quando novas cabeças brotam, parece que mais miséria será produzida, pois o mal está na cabeça, no *capetal*, como disse Gentileza.

Mas os sacrifícios que tudo isso custou, nós só os descobrimos mais tarde. Depois de pisarmos, por uns quantos dias, as pedras das ruas principais, depois de passar a custo pela multidão, entre as filas intermináveis de veículos e carroças, depois de visitar os “bairros de má fama” desta metrópole – só então começamos a notar que esses londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua condição de homens para realizar todos esses milagres da civilização de que é pródiga a cidade, só então começamos a notar que mil forças neles latentes permaneceram inativas e foram asfixiadas para que só algumas pudessem desenvolver-se mais e multiplicar-se mediante

64 Op. cit.; p. 18. Entretanto surpreende até hoje como Foucault não conseguiu estabelecer as relações entre Estado e capitais dentro da governamentalidade, controle e população, entre o capital e a capital.

65 DERRIDA, J. Op. cit.; p.

66 @, arroba, curiosamente em latim é uma medida utilizada para medir a massa de bois e vacas. Há também outra origem da arroba relacionada com os monges copistas da idade média. De forma a facilitar a escrita, eles costumavam substituir letras, palavras ou nomes próprios por símbolos e abreviaturas. Teriam criado o símbolo @ para substituir a preposição latina ad, que significa para, em direção...cap.

a união com as de outros. Até mesmo a multidão que se movimenta pelas ruas tem qualquer coisa de repugnante, que revolta a natureza humana. Esses milhares de indivíduos, de todos os lugares e de todas as classes, que se apressam e se empurram, não serão todos eles seres humanos com as mesmas qualidades e capacidades e com o mesmo desejo de serem felizes? E não deverão todos eles, enfim, procurar a felicidade pelos mesmos caminhos e com os mesmos meios? Entretanto, essas pessoas se cruzam como se nada tivessem em comum, como se nada tivessem a realizar uma com a outra e entre elas só existe o tácito acordo pelo qual cada uma só utiliza uma parte do passeio para que as duas correntes da multidão que caminham em direções opostas não impeçam seu movimento mútuo – e ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar. Essa indiferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno de seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado; e, mesmo que saibamos que esse isolamento do indivíduo, esse mesquinho egoísmo, constitui em toda parte o princípio fundamental da nossa sociedade moderna, em lugar nenhum ele se manifesta de modo tão impudente e claro como na confusão da grande cidade. A desagregação da humanidade [...] em mônadas, cada qual com um princípio de vida particular e com um objetivo igualmente particular, essa atomização do mundo, é aqui levada às suas extremas consequências. É por isso que a guerra social, a guerra de todos contra todos, é aqui explicitamente declarada. Tal como o amigo Stirner, os homens só se consideram reciprocamente como objetos utilizáveis: cada um explora o outro e o resultado é que o mais forte pisa no mais fraco e os poucos fortes, isto é, os capitalistas, se apropriam de tudo, enquanto aos muitos fracos, aos pobres, mal lhes resta apenas a vida.⁶⁷

Referências

ARAGON. *Le paysan de Paris*. Paris: Gallimard, 1990.

ARGAN, Giulio. Carlo. *La Europa de las capitales. 1600-1700*. Barcelona: Skira Carroggio Ediciones, 1964.

BAPTISTA, Luis Antonio; Ferreira, Marcelo Santana (orgs.). *Por que a cidade?* Niterói: Editora da UFF, 2012.

BRETONE, Restif de la. *Les Nuits de Paris, ou le Spectateur-nocturne*. Paris: Gallimard, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

DERRIDA, Jacques. *O monolinguismo do outro ou a prótese de origem*. Tradução de Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras, 2001.

67 Engels. 2010. p. 67-68.

DERRIDA, Jacques. *Le monolinguisme de l'autre ou la prothèse d'origine*. Paris: Éditions Galilée, 1996.

DERRIDA, Jacques. *El outro cabo. La democracia para otro día*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1992.

DERRIDA, Jacques. *O outro cabo*. Coimbra: Ed. Reitoria UC/ Amar Arte, 1995.

DERRIDA, Jacques. *Carta à Europa. «Dupla memória»*. Revista filosófica de Coimbra. Vol. 23. N. 46. Outubro de 2014. p. 471-472. Fundação Eng. António de Almeida. Tradução e notas: Fernanda Bernardo.

DERZE, Farley. *Cidade à noite: iluminação artificial e modernidade*. Universidade de Brasília, Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, 2014.

DUQUE ESTRADA, Paulo Cesar. *Jamais se renuncia ao Arquivo Notas sobre 'Mal de Arquivo' de Jacques Derrida*. Natureza humana. vol.12 n.2 São Paulo, 2010.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FIGUEIREDO, Pedro. *Cidades Catalizadoras*, em ARQTEXTOS n.6. PROPARG. UFRGS. 2004, p. 130-140.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FUÃO, Fernando. *Parasitas*. Disponível em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2021/04/parasitas-fernando-freitas-fuao-alem.html>

FUÃO, Fernando. *Entre guichês, clichês & playboys na arquitetura*. Revista Estética E Semiótica, 10(2), (2021). p. 25-45. Disponível em: <https://doi.org/10.18830/issn2238-362X.v10.n2.2020.02>

FUÃO, Fernando. *Sobre cadeiras e Clareiras*, em Revista Pixo. N.11. Vol. 3. Periódicos da UFPEL. Primavera de 2019. p. 18-39. Disponível em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2019/11/sobrecadeiras-e-clareiras-umaleitura.html>.

FUÃO, Fernando. *Lares, sobre arquitetura e domesticação*. Disponível em: <https://fernandofuao.blogspot.com/2020/12/lares-sobre-arquitetura-edomesticacao.html>.

FUÃO, Fernando; SOLIS, Dirce (orgs.). *Arquitetura e Derrida*. Rio de Janeiro: EDURJ, 2014.

GUELMAN, Leonardo. *Brasil: tempo de gentileza*. Niterói: EDUFF, 2000, p. 44.

LAGES E SILVA, Rodrigo. *O que são essas luzes?*. Em, BAPTISTA, Luis Antonio; Ferreira, Marcelo Santana (orgs.). *Por que a cidade?*. Niterói: Editora da UFF, 2012, p. 15-30.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

MARCUSSO, Ricardo Antonio. *Estigma social do lugar: estudo de caso sobre o morar na cidade de Carapicuíba*. 2015. p. 1. Pontifícia Universidade Católica São Paulo. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3607>.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história*. Tradução Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODER, Arthur de Albuquerque Leão. *À beira da língua lei: pertencimento, alteridade e identidade em O monolinguismo do outro de Jacques Derrida*. Ítaca 33 – Edição Especial “50 anos de Desconstrução”. 2019.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Proyecto de constitución para Córcega Consideraciones sobre el gobierno de Polonia y su proyecto de reforma*. Madrid: Tecnos, 1988.

SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. *A Democracia Banida. Reflexões a partir da noção de democracia por vir de Jacques Derrida*. Dirce. Em: *A democracia e seus desafios em tempos de crise*. Organizadores: CARRARA, Ozanan; COSTA, José André da; CARBONARI, Paulo Cesar. 1a ed. vol 1. Passo Fundo: Saluz-Ifibe, 2017.

SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. *Corsários e Abutres: Espacialidades Ban(d)idas*. In: SOLIS, Dirce Eleonora (Org). *Resistências e Descolonialidades*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2021, p. 33.

VIDAL, Laurent. *Capitais sonhadas, capitais abandonadas. Considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (séculos XVIII - XX)*. História vol.30, N.1, Franca, Jan./June 2011. p. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000100002>.